

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CÂMPUS DE GRAJAÚ
CURSO INTERDISCIPLINAR DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
HUMANAS/GEOGRAFIA**

AMANDA CLARICE DE OLIVEIRA LIMA

A INSERÇÃO DO GRUPO LADIES DE AÇÃO E APOIO LGBTT EM GRAJAÚ-MA

GRAJAÚ-MA

2022

AMANDA CLARICE DE OLIVEIRA LIMA

A INSERÇÃO DO GRUPO LADIES DE AÇÃO E APOIO LGBTT EM GRAJAÚ-MA

Monografia apresentada ao curso Interdisciplinar de Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão-Câmpus Grajaú como requisito para a obtenção do grau em Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida

GRAJAÚ-MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Oliveira Lima, Amanda Clarice de.
A INSERÇÃO DO GRUPO LADIES DE AÇÃO E APOIO LGBTQ+ EM
GRAJAU-MA / Amanda Clarice de Oliveira Lima. - 2022.
83 f.

Orientador(a): Monica Ribeiro Moraes de Almeida.
Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade
Federal do Maranhão, Grajaú-MA, 2022.

1. Cidadania. 2. Direitos LGBTQ+. 3. ONG. 4.
Reconhecimento. 5. Representação. I. Almeida, Monica
Ribeiro Moraes de. II. Título.

AMANDA CLARICE DE OLIVEIRA LIMA

A INSERÇÃO DO GRUPO LADIES DE AÇÃO E APOIO LGBTT EM GRAJAÚ-MA

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Monica Ribeiro Moraes de Almeida-Orientadora
Universidade Federal do Maranhão-UFMA/Câmpus Grajaú

Prof. Dra. Rosimary Gomes Rocha
Universidade Federal do Maranhão-UFMA/Câmpus Grajaú

Prof. Me. Caroliny Santos Lima
Universidade Federal do Maranhão-UFMA/Câmpus Grajaú

*Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!
Mário Quintana*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Francisca Belo, por ter me apoiado em meio às diversas mudanças durante todos esses anos, por nunca ter deixado de acreditar em mim e por ter sido o melhor exemplo de mãe que eu pude ter. Obrigada por ser a inspiração desse trabalho e por me ensinar aquilo que graduação nenhuma poderia ter me ensinado, a amar.

Ao meu pai Francisco Lima (*In memoriam*) que sempre sonhou em ver as filhas formadas, hoje esse sonho se tornou possível, dedico esse trabalho com toda a saudade e amor que sinto.

À minha irmã Sanny Christiny, por me lembrar muitas vezes que eu conseguiria e por ter sido minha maior companhia todos esses anos, agradeço por todo o carinho e amor que tem por mim.

À minha sobrinha Ísis Christiny, por me fazer tão feliz, nunca pensei que fosse capaz de sentir um amor tão genuíno, os dias que passei escrevendo esse trabalho não seriam tão prazerosos se não fossem suas risadas e abraços para me fazerem lembrar que, independentemente de qualquer coisa, eu teria você por perto.

À minha madrastra, Irislene Rodrigues, por todo apoio e afeto que tem por mim.

À Ong Ladies, principalmente, Luciano Mendes por ter me recebido para contar a trajetória da instituição, agradeço todas as informações disponibilizadas, bem como, o compartilhamento da Proposta de Plano Municipal. Avante!

Às pessoas que ajudaram de maneira direta e indireta na construção desse trabalho, em especial, Isabella Vaz por ter me ajudado na leitura e discussão da pesquisa, obrigada pela paciência e compreensão. Anderson Marinho por compartilhar com seus amigos os objetivos do trabalho para eu conseguir alcançar os interlocutores, muito obrigada! Fernanda (nome fictício dado à entrevistada), por conceder uma entrevista e me receber tão bem durante nossa conversa, gratidão!

À Professora Monica Ribeiro, gratidão por ter contribuído tanto na minha formação acadêmica, pessoal e cidadã. Obrigada por impulsionar as pessoas que lhe rodeiam, você nos faz acreditar no poder da transformação social! Muito carinho e admiração.

À banca examinadora, por aceitar contribuir com meu trabalho.

À minha psicóloga Lethícia Carvalho por todo o trabalho que temos feito, pois tem me ajudado muito. Obrigada pela paciência e pelo comprometimento comigo, por sempre me mostrar que meus sentimentos são válidos.

Aos meus amigos que a UFMA me presenteou, e hoje, considero irmãos. José Kaio, Larissa Matos, Willian Paz e Rosiléia Souza, agradeço por tornarem essa jornada tão mais leve e prazerosa, obrigada por estarem sempre comigo, sobretudo, nas dificuldades.

Ao irmão que Deus colocou no meu caminho, Paulo Sérgio, obrigada por me ajudar tanto, por aguentar minhas mudanças de humor e estar lá sempre que eu precisava, você é incrível.

À minha amiga Kályka Mendes, por estar sempre presente e mostrar que tenho todo potencial para alcançar meus objetivos, agradeço por me alegrar e me tirar de casa quando percebia que eu precisava de colo.

À minha amiga Jaqueline Macedo, agradeço por me reerguer sempre quando a minha ansiedade me cala, por demonstrar que acredita em mim e por diversas vezes me fazer enxergar meus diversos avanços. Agradeço pelos “puxões de orelha” quando necessário, e acima de tudo, por me fazer refletir que tudo bem ter dias que eu não conseguisse dar o meu máximo, sempre irá haver dias melhores. Obrigada por estar aqui comigo durante todos esses anos. Gratidão por dividir comigo o peso de ser e viver toda essa loucura.

Ao meu amigo, parceiro, conselheiro, Halysson Lohan por me ajudar sempre que possível e compartilhar músicas para me acalmar.

Ao meu amigo Guilherme Sousa, por toda ajuda nos últimos tempos, você também é parte da construção do desse trabalho.

Ao meu amigo Thalisson Willis (*In memoriam*) que sem saber foi o suporte para a escrita desse trabalho, sempre que lembrava de sua trajetória acadêmica e como você queria formar e ajudar todas as pessoas, isso me motivava a continuar na elaboração dessa pesquisa. Agradeço por ter tido a oportunidade de conhecer o cara incrível que você foi, você faz muita falta, deixo essa singela homenagem em nome de todos os nossos amigos de Rádio e TV.

Por fim, agradeço a mim mesma por ter conseguido finalizar esse trabalho mesmo diante de tantas batalhas internas e externas.

Dedico este trabalho a você *Francisca Belo* que sempre me fez acreditar na realização dos meus sonhos e trabalhou muito para que eu pudesse realizá-los. Obrigada, Mãe! Sobretudo por me ensinar a **AMAR SEM TEMER.**

RESUMO

Esta monografia analisa a inserção da Organização Não Governamental-ONG Ladies de Ação e Apoio LBTT no município de Grajaú-MA. Para tanto, busca discutir os principais pontos dentro da temática LBTT, a partir dos aspectos históricos e sociais para construção de sua trajetória. Além disso, procura identificar por meio das vivências dos entrevistados o reconhecimento e representação social que a instituição recebe na cidade de Grajaú, bem como analisar as redes sociais digitais e os documentos Nacionais, Estaduais e Municipais disponíveis para essa população. A metodologia de pesquisa é qualitativa, de modo que os instrumentos de coleta de dados foram, respectivamente: entrevistas com dois integrantes da instituição, uma beneficiada pela ONG ladies, um discente pesquisador da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, um secretário de turismo e assessoria municipal de Cultura, utilizou-se o questionário com seis pessoas não associadas à ONG e uma pesquisa documental. Para dar fundamento aos dados coletados, norteou-se, principalmente em: Fachinni (1990; 2005;2007); Axel Honneth (2003); Nancy Fraser (2001;2007;2010); Bourdieu (1996). Através da pesquisa, constatou-se que essa inserção foi marcada principalmente pela luta intersubjetiva dos atores, assim como, posteriormente, culminou em ações pontuais para esse público, o que envolve, também, considerar a representação e paridade participativa no município.

Palavras-Chave: ONG. Reconhecimento. Representação. Direitos LGBT+. Cidadania.

ABSTRACT

This monography analyzes the insertion of the Non-Governmental Organization-NGO Ladies of Action and LGBTQIA+ Support in the city of Grajaú-MA. Therefore, it seeks to discuss main points within the LGBT+ theme, from the historical and social aspects to the construction of its trajectory. In addition, it seeks to identify, through the experiences of the interviewed, the recognition and social representation that the institution receives in the city of Grajaú, as well as analyze the social networks and the National, State and Municipal documents available to this population. The research methodology is qualitative, so that the data collection instruments were, respectively: interviews with two members of the institution, one benefited by the NGO ladies, a student researcher at the Federal University of Maranhão-UFMA, a secretary of tourism and municipal advisory services, the questionnaire was used with six people not associated with the NGO and a documentary research. To support the data collected, it was guided mainly by: Fachinni (1990; 2005;2007);Axel Honneth (2003); Nancy Fraser (2001;2007;2010); Bourdieu (1996). Through theresearch, it was found that this process of social inclusion was mainly marked by the intersubjective struggle of its actors, as well as, later, culminated in specific actions for this public, which also involves considering the representation and equality in this city.

Keywords: NGO. Recognition. Representation. LGBT+ rights. Social inclusion. Citizenship.

LISTA DE SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
BSH	Brasil sem Homofobia
CNS	Cartão Nacional de Saúde
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais
ONG	Organização Não Governamental
PNE	Plano Nacional de Educação
SEDIHPOP	Secretaria de Estado Dos Direitos Humanos e Participação Popular
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	13
2.ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG) E A COMUNIDADE LGBT	15
2.1 MOVIMENTO LGBT NO BRASIL	17
3.LUTA POR RECONHECIMENTO	20
3.2 REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO POR NANCY FRASER	23
4.ONG LADIES: TRAJETÓRIA	30
4.1 AS REDES SOCIAIS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DA PÁGINA “LADIES GRAJAÚ” .	47
5. ARTICULAÇÕES POLÍTICAS: UMA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT+ PARA GRAJAÚ – MA	53
5.1 PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO	58
5.2 PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA E DIREITOS LGBT’S DE GRAJAÚ-MA.....	65
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a inserção da Organização Não Governamental- ONG Ladies de Ação e Apoio LGBTT¹ sua trajetória para obtenção de reconhecimento, de representação e de direitos no município de Grajaú- MA.

Dessa forma, busquei situar historicamente como as organizações não governamentais contribuíram para a conquista de direitos e de cidadania para comunidade LGBTT, assim como sua inserção plena na sociedade; investigar a trajetória da ONG Ladies, bem como sua representação e reconhecimento no município; analisar os Planos Nacionais e Estaduais, tal como, a Proposta de Plano Municipal que a instituição construiu para a comunidade LGBTT enquanto articulação política.

Minha aproximação com a temática surgiu a partir do protagonismo que a ONG Matizes² localizada em Teresina-Piauí, teve na vida de minha mãe, na ocasião em que ela e sua esposa tiveram o direito à união estável garantido no ano de 2013. É válido ressaltar o contexto que antecedeu essa conquista, posto que o Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu, somente em 2011, as uniões homoafetivas como entidades familiares. Dois anos depois da histórica decisão do Supremo Tribunal, a realização de casamentos homoafetivos em qualquer cartório do Brasil foi garantida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A partir desse cenário, o *Grupo Matizes* ofereceu todo o suporte informacional, ressaltando os direitos previdenciários que o casal conquistou. Logo, decidi transformar essa experiência em motivação para ampliar o acesso ao trabalho dessas organizações e tornar possível tal discussão em meu trabalho.

¹ Ao longo dos anos as siglas do movimento passaram por alterações a fim de abranger todas as identidades, tendo em vista que seu intuito é fazer com que os indivíduos dessa comunidade sejam representados. A primeira sigla a se tornar apresentada foi a GLS- Gays, lésbicas e Simpatizantes em 1994, após isso a sigla passou a ser GLBT- Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, até tornar-se LGBTT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, e nos últimos anos, o “Q”, “I” e + foram adotados pelo movimento para integrar outras identidades. No entanto, apesar de algumas alterações ocorridas na atualidade, priorizei usar a sigla adotada no estatuto da ONG Ladies. No decorrer do trabalho, em algumas documentos, serão vistos a sigla atual LGBTI+ .

² O Grupo Matizes é uma associação civil de Teresina-Piauí, sem fins lucrativos, fundada em 18 de maio de 2002, cuja missão principal é a defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT+). É filiado ao Movimento Nacional de Direitos Humanos e ao Fórum de ONGs/AIDS do Piauí. Reconhecido como entidade de utilidade pública pela Lei Estadual nº 5811, de 27 de novembro de 2008. Presentemente, integra os seguintes órgãos colegiados: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho Estadual de Direitos de LGBT, Conselho Municipal de Direitos de LGBT e o Fórum Municipal de Educação.

A saber, a ONG Ladies é uma instituição sem vínculos lucrativos situada em Grajaú-MA, de que tive conhecimento a partir de palestra ministrada por um de seus membros na Semana do Calouro na Universidade Federal do Maranhão-UFMA/Câmpus Grajaú em 2018.

Esta proposta de pesquisa, *a priori*, decorre da minha reflexão a respeito dos direitos da comunidade LGBTTT, sobretudo por perceber que as discussões sobre sexualidade, orientação sexual e temas relacionados ainda não são transparentes e explícitas na região.

Ao meu ver, há uma certa resistência em relação a discutir esses temas, tanto na comunidade acadêmica e nas instituições públicas, quanto por parte dos cidadãos. Essa situação torna árdua a inserção dos sujeitos cuja sexualidade está no espectro LGBTTT, assim como a realização de diálogos sobre a importância de seu reconhecimento.

A partir destas considerações e constatações iniciais, no ano de 2019 decidi embarcar nessa temática e busquei o integrante cuja palestra despertou meu interesse nas redes sociais, a fim de saber mais sobre como a instituição se organiza no município. No ano de 2020, a partir da construção do pré-projeto, encaminhei aos colaboradores da instituição um questionário para obter maiores informações sobre a identificação do coletivo, estrutura, dinâmica interna, origem, trajetória, estratégias, conquistas e desafios.

Com relação à metodologia de pesquisa e à sua abordagem, estas foram desenvolvidas de forma qualitativa, de modo que seu objetivo é compreender a investigação e perspectiva de questões mais complexas do comportamento. Segundo Minayo (2002, p.10), “esta análise se caracteriza por se interessar pela realidade, colaborando para entender as relações em sua profundidade, dados estes que não podem ser sintetizados à preparação de variáveis”. Assim, esse tipo de pesquisa relata com precisão aspectos da vida social, buscando entender as vivências do cotidiano.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram, respectivamente, entrevistas semiestruturadas com dois integrantes da ONG, uma beneficiada da instituição e um discente pesquisador da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Utilizei questionário que foram respondidos por cinco pessoas não associadas à instituição Ladies situadas em Grajaú-MA, o secretário de Turismo de Grajaú Ricardo Tamanini, bem como, a assessoria da secretaria municipal de cultura me respondeu algumas perguntas via Whatsapp. Realizei uma análise da Página da ONG na Rede Social *Facebook*, por fim, fiz uma análise documental dos documentos Brasil sem Homofobia, Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos, bem como, o Plano de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão e por último discorro sobre a Proposta de Plano Municipal de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos LGBT de Grajaú-MA.

Por conta da pandemia, tive certa dificuldade em relação aos encontros para entrevistá-los, de modo que utilizei a rede social *Whatsapp* para buscar esses sujeitos. Dessa forma, entrevistei Luciano Mendes, que era o Presidente da Instituição Ladies no momento de nossa conversa me recebeu em seu trabalho para que eu pudesse entrevista-lo, o integrante e co-fundador da instituição, NeyJairo e me respondeu algumas perguntas pela rede social *Whatsapp*. Fernanda (nome fictício dado à entrevistada) foi uma das primeiras beneficiadas pela ONG que gentilmente me concedeu uma entrevista para a pesquisa.

O discente e pesquisador da UFMA câmpus Grajaú, Mateus Silva, que como foco sua pesquisa em Gênero, Sexualidades Feminismos, atenciosamente, dispôs de uma entrevista para que eu pudesse saber um pouco mais sobre seu conhecimento em relação à ONG e as políticas municipais.

Também procurei alguns sujeitos que se identificam/reconhecem enquanto LGBTTT e estruturei perguntas para saber sobre seus conhecimentos em relação à ONG e às Políticas Municipais. Estes questionamentos tiveram como suporte um questionário no *Google Forms*, assim, cinco pessoas responderam ao questionário, constatei que os sujeitos se sentiram mais à vontade para discorrer sobre as problemáticas relacionadas à população LGBTTT.

Em seguida, analisei as redes sociais da ONG, especificamente, a página do Facebook “Ladies Grajaú” como meio de divulgação, e posteriormente, por meio da pesquisa documental, coletei informações sobre as leis e diretrizes existentes para a comunidade nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal com auxílio dos sites: Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ no Maranhão, Plataforma Digital De Participação Popular Do Maranhão-Participa Maranhão e a Biblioteca Virtual em Saúde, bem como, a proposta de Plano Municipal LGBT construído pela ONG Ladies e seus membros. Como consequência, busquei determinadas secretarias para averiguar a existência de alguma articulação política, dessa forma, conversei informalmente com o turismólogo e secretário de Turismo da Prefeitura Municipal de Grajaú-MA Ricardo Tamanini e, mais adiante, com a Secretaria de Cultura, fui encaminhada para assessoria que respondeu determinadas perguntas.

Para compreender meu campo empírico e formar os dados de pesquisa, usei as categorias de Reconhecimento, Representação, Cidadania e Direitos LGBT a partir de Fachinni (1990; 2007); Axel Honneth (2003); Nancy Fraser (2001;2007;2010); Bourdieu (1996).

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: No primeiro capítulo, trabalhei sobre a correlação entre Organizações Não Governamentais-ONG e a comunidade LGBT. Com a ajuda da bibliografia, explanei sobre esses fatores com o intuito de realizar uma abordagem prévia. No segundo capítulo, construí uma discussão com embasamento nas

categorias de reconhecimento e representação e, posteriormente, embarquei na trajetória da ONG e suas ações desenvolvidas nestas categorias. No terceiro e último capítulo, busquei direcionar as análises documentais relacionadas à comunidade LGBT, neste sentido, foram discutidas as leis e diretrizes para articulações políticas deste grupo.

2 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG) E A COMUNIDADE LGBT

De maneira histórica as Organizações Não Governamentais (ONGS) são manifestações da sociedade civil, surgem a partir dos movimentos sociais na trajetória entre as décadas 70/80 no ponto de vista de obterem ações concentradas referente a área da saúde, área ambiental, multicultural relacionando-a gênero, raça, etnia. De acordo com Menescal (1996) as Organizações Não Governamentais (ONGS) começaram como uma resposta as crises políticas, sociais e econômicas, a fim de assegurar esses direitos. Dessa forma, as ONGs são organizações formais que possuem um agrupamento de pessoas, com uma estrutura formalmente constituída para alcançar determinados objetivos. Assim, essas organizações sem fins lucrativos podem realizar atividades, projetos e programas também no âmbito político de desenvolvimento, com objetivo de contribuir para as erradicações de condições de vida que podem ocorrer de forma desigual e injusta, principalmente, nos países em que a desigualdade prevalece, logo, “podem apoiar grupos e movimentos populares de uma maneira que nem o mercado e nem o Estado são capazes” (MENESCAL, 1996, p. 2). ”

A denominação ONG foi estabelecida ainda na década de 1940 pela Organização das Nações Unidas quando a expressão passa a ser utilizadas nas documentações, objetivando intitular as entidades não-governamentais que se utilizavam de auxílio financeiro para realização de projetos sociais, (TAQUES, 2007). No Brasil, especificamente é a partir da década de 1990 através das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento que as organizações ganham maior evidência. Importante ressaltar que espaço-temporal das ONG's origina a criação de reivindicações que confrontava ao fim da ditadura militar e ao começo de uma abertura política que desenvolvia o sonho com democracia real, com igualdade e justiça social onde os grupos, de acordo com Butler (2003), não representava com a linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Assim, na década de 90 as ONGS têm uma ênfase maior em um papel público, de modo que há um vínculo a nova esfera pública ao social, partindo para um terceiro setor, apenas com

caráter jurídico. Nesse contexto, os movimentos sociais, passam a se estruturar no modelo institucional de ONG, considerando que as lutas não se concediam apenas no terreno democrático-institucional, entende-se aqui as associações, organizações e outras formas de acordo que se formavam, isto posto, descrevemos a ONGs como “organizações que criam identidade e que são identificadas enquanto tal, por meio do tempo e diferentes situações” por isso, essas organizações se diferenciam através da sua dinamicidade com os acontecimentos nas quais estão inseridas. (LANDIM, 2002, p.21)

Entendo que as ONGs organizações não seguem uma característica homogênea, tendo múltiplas formas de ação. Todavia, em sua grande maioria possuem práticas que são delimitadas entre o que Taques (2007, p.20) chama de “fronteiras entre o que é uma ONG e um movimento social”, como o sociólogo menciona, esses grupos acabam se mobilizando para a sociedade através de novas perspectivas, onde muitas vezes, fica difícil exatamente definir o que é um movimento social e o que é uma ONG, tendo em vista que muitas dessas organizações parecem conceber uma parte considerável do movimento social no qual estão inseridas.

De acordo com Menescal (1996), há duas características comuns nas organizações não governamentais que são: a solidariedade e a atuação política. A primeira se refere principalmente a ser um setor sem fins lucrativos, e a segunda a um campo organizado da sociedade civil. Nesse aspecto, a autora menciona as instituições filantrópicas que objetivam o bem-estar social, educação e saúde, como também, organizações direcionadas a defesa de direitos a grupos representativos, como mulheres, negros, povos indígenas, LGBTT ou grupos que promovam esporte, cultura e outras ações.

Outros autores analisando as ONGs e os movimentos sociais ressaltam que, de modo geral, esses atores se vinculam em redes, ou seja, conecta-se as identidades, determinando que são os adversários, determinando os objetivos e formando projetos (cf. SCHERER-WARREN, 2003), assim, as lutas não se isolam, estão em conexão com os grupos para estabelecerem as ações e ganharem visibilidade e identidade.

Se tratando do financiamento das ONGs, ainda é fator preocupante, pois, de acordo com Taques (2007, p.22) há uma dependência de seus financiadores, porém, mesmo obtendo embate com o Estado em alguns fatores, ou até mesmo competição de recursos, boa parte das instituições internacionais, algumas ONGS não se posicionam como sucessora do Estado, já que seu objetivo é alcançar a sociedade civil. Em determinadas ONGS algumas ações ocorrem por meio de uma proposta maior, que permitem a possibilidade de mudança de perspectivas a exemplo, Teixeira (2003, p.141) esclarece:

Ao mesmo tempo que uma ONG faz ações pontuais, como, o atendimento de mulheres em ambulatório próprio como Coletivo Feminista tem feito há anos, essa mesma ONG pode estar envolvida nas articulações de políticas públicas para a melhoria de atendimento para as mulheres em hospitais públicos

Segundo Fleury (2000) coexistem grupos de maioria ou minoria, os grupos majoritários são assim reconhecidos por desfrutar de maior poder e prosperidade econômica em relação aos grupos minoritários. Entre os grupos minoritários, o presente trabalho busca estudar o movimento político e social dos indivíduos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais LGBTT, como afirma Mott (2002) a população LGBTT foram vistas durante muito tempo com olhar de perseguição e ódio na sociedade brasileira, mesmo depois de avanços, a homofobia persiste, apesar disso, existem LGBT'S nas ongs e ongs direcionadas a reverter essas situações.

Cabe ressaltar que no Brasil como afirma Pompeu & Rohm (2018, p.3) a população LGBTT luta pela visibilidade de seus direitos, tendo em vista que embora tenha ocorrido avanços, ainda há ausência de políticas educacionais no qual se refletem a homofobia na sociedade brasileira. Nesse sentido, as ONGs se tornam condutoras para uma aproximação entre governo e sociedade civil, pois, aparecem como sendo precursoras de discussões sobre as conjunturas atuais no intuito de motivar ações para políticas públicas.

No que tange às Organizações Não Governamentais LGBTT no Brasil, podemos destacar como afirma, Tatiana Sampaio (2016), o Grupo Arco-Íris, o GGB (Grupo Gay da Bahia) e a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) como também, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Rede Afro LGBT, entre outras. Essas instituições possuem o intuito principal de promover ações significativas para cidadania LGBT, além de permitir que esses indivíduos sejam inseridos em diversas discussões e em diferentes âmbitos são estes: colégios, universidades, programas de TV.

A ABGLT é um exemplo da diversidade de áreas de atuação das ONGs. Segundo Sampaio (2016), figuram entre suas ações prioritárias de atuação o monitoramento, a promoção de atividades contra a homofobia nas escolas e a participação no Conselho etc. Diversas conquistas ocorreram a partir desse conselho em destaque como: a garantia de uso do nome social em instituições ³e a moção de congratulação ao Supremo Tribunal Federal ⁴a fim do

³ Decreto Presidencial Nº 8.727/2016³, de abril de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727

⁴ Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a ADI nº 4277 e a ADPF nº 132, reconheceu o direito ao estabelecimento de união estável por casais homoafetivos. A ADI nº 4277 buscava reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, com os mesmos direitos e deveres dos casais heterossexuais. A ADPF nº 132 argumentava que o não reconhecimento feria os preceitos fundamentais da igualdade e liberdade, e o princípio da dignidade da pessoa humana, todos previstos na Constituição Federal.

reconhecimento da união estável⁵. Desta forma, a principal finalidade destas organizações e suas afiliadas é projetos específicos para comunidade LGBTTT a fim de promover empenhos para contribuir com a formação de uma sociedade igualitária.

2.1 MOVIMENTO LGBTTT NO BRASIL

Os movimentos sociais estão associados à ideia de cidadania, pois, permitem o reconhecimento de direito para criar alternativas e potencialidades políticas. O movimento LGBTTT surge como um espaço de fortalecimento, bem como de aprendizagem para os âmbitos de participação de cidadania e política.

De acordo com Facchini (1990) o movimento LGBTTT no Brasil começou no final dos anos 70 e se fortaleceu a partir de três ondas. A primeira se iniciou a partir da abertura da política e formação do grupo “Somos de São Paulo” no qual reuniu homossexuais a fim de discutir sobre sexualidade por meio de suas próprias vivências, diante de um contexto marcado pela ditadura militar, por várias atividades de associações de esquerda e pelo crescimento e visibilização do movimento feminista e negro. (MACRAE, 1990). O jornal Lampião de Esquina, do Rio de Janeiro, também é um grande destaque nessa primeira onde, pois, promoveu uma veiculação de informações e denúncias contra a repressão à homossexuais por parte dos militares.

A segunda onda foi após o processo de redemocratização e com início da epidemia AIDS nos anos 80, diante disso os movimentos se articularam para se institucionalizar na luta contra AIDS, destaca-se o Grupo “Gay da Bahia-GGB” que viabilizou um atividades comunitárias, promovendo mudanças na sociedades, incluindo os direitos civis dos homossexuais (FACCHINI, 2018, p.4), a autora também ressalta que nesse período surge a necessidade de organizações mais formais e legitimadas, com cargos diretorias e funções definidas, o grupo GGB e o Triângulo Rosa foram os primeiros a se tornam formal legalmente como instituição para os direitos dos homossexuais, outras ações relevantes nesse período, foi a adoção do termo “orientação sexual” para defender que a homossexualidade não trata de “opção” individual, racional e voluntária, e a à luta pela despatologização da homossexualidade e a inclusão da educação sexual nos currículos escolares.

A terceira foi nos anos 90 já é marca pelo conhecimento do estado democrático, firmando a abertura e a propagação de grupos ativistas na luta contra a violência e pelo reconhecimento de direitos da comunidade LGBTTT, houve um avanço significativo dos movimentos sociais da

população LGBTTT, existindo não apenas grupos comunitários, mas também, ONGS, setoriais de partidos, grupos religiosos - sendo denominadas de igrejas inclusivas que trabalham com direcionamento para as questões LGBTTT- e grupos acadêmicos. Assim, a característica principal nesse período é a diferenciação de vários atores políticos internos ao movimento: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a necessidade dos grupos, ONGs, contribui para o nascimento da ABGLT. (QUADROS, MEDEIROS e FERREIRA, 2019).

O reconhecimento de políticas públicas para a comunidade LGBTTT se deu apenas nos anos 2000, no qual se identifica a construção de uma temática para a comunidade por meio dos partidos para atender as demandas dos movimentos e promover as articulações políticas, de acordo com Regina Facchini (2005) isso acontece na virada de 1970 para 1980 e ganha mais força nos anos 90.

Nesse desenvolvimento, a autora afirma que além de realizações de paradas, nasceu a ABGLT, associação que contribuiu para diversas conquistas legislativas anti-homofóbicas no âmbito legislativo municipal e estadual. Já em setor nacional, o projeto de lei de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo foi uma conquista relevante para o movimento, uma vez que o projeto demonstrou a relação entre a associação e o Estado brasileiro.

No Governo FHC (1995-2002) e no governo de Lula (2003-2010) o movimento permite uma aproximação desses setores do Estado, nesse sentido, nasce em 2004 o Programa Brasil Sem Homofobia que sustenta um arcabouço de ações afirmativas em conjunto com o Movimento LGBTTT. Nesse programa, além dessas ações destinadas, também ocorreu o financiamento para criação de Centros de Referência LGBTTT realizados pelo governo federal para ONGs LGBTTT exercerem em suas localidades.

Embora muitos avanços tenham ocorrido graças aos movimentos LGBTTT brasileiros, poucas dessas conquistas foram respaldadas pelo Poder Legislativo, como Canabarro (2013) constata, o Poder Legislativo é fortemente influenciado por igrejas neopentecostais que se opõem à população LGBTTT. Assim, conquistas como a união estável em 2011 ressaltando os direitos das famílias homoparentais e frisando que os cartórios não podem deixar de realizar os casamentos entre pessoas do mesmo gênero, por mais importantes que sejam, são iniciais perto das lutas por direito e reconhecimento à vista.

No que concerne ao movimento LGBTTT em Grajaú, de acordo com Reis (2018) o movimento ainda possui estabilidade, se resumindo em poucos grupos de indivíduos que militam ativamente e se tratando de representatividade política para comunidade, ainda não há

nenhuma em evidência, relacionando aqui aos políticos internos, externos.⁶ Nesse cenário de necessidade representatividade suprimida, a ONG Ladies surge como uma conjuntura de luta pelos direitos humanos em Grajaú, a organização nasce com o objetivo de representar a minoria LGBTT, mesmo que essa luta implique, desde o início da fundação, o enfrentamento de adversidades como: conservadorismo religioso, discursos doutrinários onde a maioria dos sujeitos se utilizam para fundamentar seus preconceitos, desta forma, entende-se a importância de estudá-la para que compreendemos a sua inclusão diante desse cenário.

3. LUTA POR RECONHECIMENTO

Na obra “Luta por Reconhecimento”, o pensador Axel Honneth elabora uma teoria do reconhecimento. Segundo seu pensamento, os indivíduos e grupos sociais se posicionam na sociedade por meio de uma luta intersubjetiva de reconhecimento. Essa luta ocorre por meio das três formas de reconhecimento- a dedicação emotiva (o amor), o autorrespeito (o direito) e estima social solidariedade, assim, a luta por reconhecimento começa por meio dessas experiências, argumento essencial do livro.

Para o filósofo, a luta por reconhecimento ocorre por meio da vivência do desrespeito. Nesse sentido, a primeira forma de desrespeito é o amor, ou seja, a violação que ameaça a integridade física e psíquica. A do direito é a privação e exclusão, por atingir a totalidade social do indivíduo como parte da comunidade político-jurídica. E o desrespeito a solidariedade, aqui, referindo-se às degradações e ofensas que afetam a honra e a dignidade do indivíduo conforme sua cultura de valores. Honneth (2003) afirma que o desrespeito social é a estima social que perfaz a constituição dos conflitos sociais:

Ora, nem todas as três esferas de reconhecimento contêm em si, de modo geral, o tipo de tensão moral que pode estar em condições de pôr em marcha os conflitos ou querelas sociais: uma luta só pode ser caracterizada de “social” na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto coletivo. Segue-se daí primeiramente, com olhar voltado para as distinções efetuadas, que o amor, como forma mais elementar do reconhecimento, não contém experiências morais que possam levar por si só a formação de conflitos (...). Em contrapartida, as formas de reconhecimento de direito e da estima social já representam um quadro moral de conflitos sociais, porque dependem de critérios socialmente generalizados (HONNETH, 2003, p. 256).

⁶ Compreendo que, em Grajaú, há um certo receio de alguns representantes e até mesmo parte da sociedade civil em evidenciar uma aliança com a comunidade LGBT, o que enfraquece a visibilidade e adesão de possíveis movimentos no município.

Axel Honneth evidencia que os reconhecimentos dos conflitos generalizados podem gerar um conflito social, visto que, partem para um ponto coletivo, ainda afirma que “o engajamento nas ações políticas possui para os indivíduos também a função direta de os arrancar da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte uma autorrelação nova e positiva” (HONNETH, p.259, 2003). Deste modo, é na experiência do desrespeito que os indivíduos estabelecem uma motivação para lutar, compreendendo a falta do seu reconhecimento, e com isso, permitindo o surgimento de uma atuação coletiva.

Utilizando a compreensão de Hegel, Honneth (2003) afirma que a autoexperiência perpassa a consciência individual em um processo reconstutivo em que o indivíduo necessita de condições de idealizar a si mesmo como uma pessoa de direito para, então, poder participar da vida institucionalmente regulada de uma sociedade. Axel Honneth(2003) considera que a psicologia de Mead, pois estimula a criação de uma teoria social, deste modo, a teoria de reconhecimento é um passo para entender os processos de transformações empíricas e históricas da sociedade.

Assim um indivíduo se define a partir de um processo intersubjetivo com intercessão de um mecanismo de reconhecimento, e na inexistência de reconhecimento intersubjetivo social se enfrenta os conflitos sociais. Essas formas de reconhecimento intersubjetivo são fundamentais para o desenvolvimento da socialização humana e precede toda forma estruturada de sistematização social e política, desde que os sujeitos sociais passam a estabelecer ações coletivas com a finalidade de lutar por reconhecimento. É esta luta por reconhecimento que faz os atores sociais atuarem com a coletividade a fim de um bem comum para o grupo, nesse sentido, a vivência do desrespeito é o que vincula esses autores.

Portanto, a partir de Honneth compreende-se a Organização Não Governamental- ONG enquanto ação coletiva junto a estes indivíduos que não possuem direitos reconhecidos em razão da violência ou de outro fator, esses indivíduos estabelecem uma união de reciprocidade e lealdade que fortalece a organização. Assim, o reconhecimento tem uma importância que liberta, nessa compreensão, os indivíduos compreendidos modificam esses atores de uma ação histórica que transcende as ações em um cotidiano individual, dando um novo significado dos fatos, este significado promovem as ações que participam e motivam novas importâncias, sendo assim uma transformação emancipatória.

Analisando a ONG Ladies esta ação surge numa conjuntura de transformações sociais com objetivo de reivindicar desenvolvimento de espaço social, reconhecimento e participação política. Deste modo, o reconhecimento desta organização é um ponto essencial para a luta por espaço dos seus membros dentro da sociedade civil e das políticas públicas. Assim, é

fundamental a compreensão da inserção do grupo no município, bem como, a expor a sua luta por reconhecimento.

O reconhecimento e a organização permitem a visibilidade e a participação como um processo de vivência que proporciona sentido e importância a um grupo ou movimento social, ponderando um protagonismo de sua história, amplificando uma consciência crítica, agregando a força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, constituindo novos valores e uma cultura política nova. (GOHN, 2005).

As esferas de reconhecimento intersubjetivo são aspectos importantes para o processo de socialização humana e precedem a forma desenvolvida da organização social e política. Nesse sentido, podemos destacar o que Gohn (2005) ressalta:

Quando os significados são desvelados, eles produzem estímulos e geram respostas, discursivas ou ações gestuais, ou ações coletivas e movimentos; criam-se processos identitários, individuais e coletivos. A questão da identidade remete a uma outra forma de aprendizado: a do reconhecimento. Com a identidade e o reconhecimento inicia-se o processo de dar sentido às ações, individuais ou coletivas. Nesse processo, os indivíduos de atores sociais – que ocupam diferentes lugares na estrutura social (como pais, trabalhadores, membros de alguma organização, movimento, partido, sindicatos, religião etc.) – transformam-se em sujeitos, autores de ações históricas que ultrapassam as ações contidas no desempenho individual ou grupal (GOHN, 2005, p.32)

Estas ações excedem as representações individuais ou coletivas, permitem a visibilidade e notoriedade a um grupo ou movimento, a cidadania coletiva integra essas organizações sociais da sociedade civil e impõe o Estado pela prática, regulamentação e atenção da aplicação de direitos. Como evidenciou Gohn (2005), a ação social obtém significado a partir da construção de identidade vista aqui como maneira de experiência, com intuito de unir indivíduos sociais que não possuem seus direitos reconhecidos e integram os grupos ou movimentos, a fim de um bem coletivo que proporcione os seus direitos que ainda não foi reconhecido seja pelo Estado ou sociedade.

O reconhecimento possui uma relevância emancipatória, em que na visão de Honneth, esses indivíduos compreendidos passam a ser sujeitos de ações históricas que ultrapassam as ações em nível individual, ocorrendo assim uma reinterpretação ao significado dos fatos, dando sentido ações que participam e que produzem novas acepções, pois, não são considerados fixos, nesse sentido, essa alteração é emancipatória.

Na concepção de Honneth, podemos analisar aspectos das Ongs como luta por igualdade e inclusão de minorias, pois, no que se refere ao reconhecimento por meio do direito, por exemplo, compreende-se que a luta da comunidade LGBTT para tem acesso ao mesmo direitos

a outros grupos é fundamental, tendo em vista que o direito permite que estes grupos discriminados, ao iniciarem movimento afim de uma inclusão, reproduzam autorrespeito e se pensarmos na violação desses direitos, faz com que os sujeitos LBGT possuam danos em sua construção identitária. Da mesma forma que a estima social pela qual a população LGBTTT luta é primordial para que os membros desta comunidade consigam se sentir pertencentes ao Estado democrático, seja pelo individual ou por suas relações próprias de autoestima.

Acontecimentos de desrespeitos nas diversas esferas do reconhecimento vivenciadas por indivíduos no qual suas identidades encontram pontos de confluência com a de coletividades, permitem levá-los à uma organização social com o objetivo de uma garantia de cidadania, igualdade, autoconfiança e justiça social, bem como, a indagar o outro em busca da estima social.

Por meio do caráter intersubjetivo da teoria de Honneth, entende-se que construção do sujeito advém em meio a grupos sociais nos quais ele se dispõem, devido a necessidade de serem reconhecidos como integrantes desses grupos sociais, em que devem ser atualizadas de modo constante, pois como afirma o filósofo:

Os sujeitos, em especial ali onde o status de sujeito de direito lhes é negado na consciência pública, frequentemente dependem da participação em grupos sociais os quais lhes asseguram uma espécie de respeito compensatório (HONNETH, 2013, p. 66).

As organizações que lutam por reconhecimento, seja formal ou informal, representam desafios aos ensinamentos sobre a resistência política de atores do qual as identidades são continuamente subjugadas. (SCHERER-WARREN, 2006; MELUCCI, 1989; VIZER, 2007; GOHN, 2011).

3.1 REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO POR NANCY FRASER

Para ampliar o debate sobre a perspectiva de reconhecimento na contemporaneidade acredito que as contribuições da Teórica Crítica Nancy Fraser sejam relevantes, Fraser (2001) discorre em sua teoria sobre as demandas dos movimentos contemporâneos, sejam aqueles que se organizam afim de uma superação de injustiça econômica, quanto aos que lutam por reconhecimento, tais como: movimento feminista, negro, LGBTTT, a filósofa discorre que a concretização da justiça social não se deve apenas se enquadrar nas políticas de redistribuição de riqueza, mas também devem associar-se as políticas de reconhecimento das minorias.

Nesse ponto de vista, tanto as políticas de redistribuição da riqueza como a de reconhecimento das diversas identidades devem ser compostas de forma coordenada, evitando assim a dissociação ou polarização, “alguns proponentes da redistribuição rejeitam completamente a política de reconhecimento, considerando as demandas pelo reconhecimento da diferença como uma ‘falsa consciência’, um obstáculo à busca da justiça social [...]” (FRASER, 2010, p. 168). Com esse intuito, os dois tipos de política devem ser negados quando adotados isoladamente, por isso, estabelece-se uma ideia bidimensional de justiça social, em que o principal objetivo é abranger as reivindicações de ambos os tipos como essenciais- sem restringir qualquer tipo ao outro, isto é, a estrutura que agrega essas duas compreensões distintas tem como interesse apreender a junção entre a diferença de classe e ordem de status na sociedade contemporânea, nessa lógica, a má distribuição mantém-se atrelada ao falso reconhecimento.

Essa complexidade da justiça social bidimensional apresentada por Fraser, é o que nos aponta a observar o plano político, a redistribuição está articulada às reivindicações socioeconômicas, à medida em que o reconhecimento tem sido associado às discussões relacionadas à identidade de gênero, étnica, racial e até mesmo à nacionalidade.

Demandas por “reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade. Nestes conflitos “pós-socialistas”, a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política. (FRASER, 1997, p. 17).

Portanto, a ideia é perceber o reconhecimento das organizações, das instituições, não só na perspectiva filosófica, mas também no seu viés político. Primeiro, nessa dupla percepção, onde há um agrupamento de concepções em vínculo com causas e soluções das injustiças, isto significa que no mundo globalizado, devemos revisitar a ideia de justiça, considerando um entendimento amplo e abrangente que seja capaz de envolver as duas preocupações. Ou seja, devemos considerar as questões tradicionais que as teorias das justiça distributivas apresentam como: a pobreza, exploração, desigualdades e as diferenças de classe. Enquanto, precisamos ainda alcançar as preocupações que hoje possuem uma compreensão nas filosofias de reconhecimento, especialmente, “o desrespeito, o imperialismo cultural e hierarquia de estatutos” (FRASER, 2002, p.11).

A intenção, nesse primeiro momento, é enxergar essa perspectiva dentro da sociedade e combater a perspectiva dualista, para que possamos propor uma teoria de justiça que vise incluir as duas esferas complementares (reconhecimento e distribuição) com um olhar mais crítico a fim de superar as formas excludentes que uma pode gerar a outra se pensarmos apenas por uma perspectiva.

Se analisarmos num paradigma distributivo, as desigualdades estão ali inseridas na estrutura econômica na sociedade, advindas de rendimentos, exploração, privação e marginalização e inclusive pela falta de oportunidades no mercado de trabalho. De outra forma, na ideia de reconhecimento o que se pode enfrentar é dimensão cultural, onde os padrões sociais de representação, interpretação e comunicação de uma maioria estão inclusos. (FRASER, HONNETH, 2006, p. 22). As soluções para tais paradigmas: ao primeiro, é uma reestruturação da economia e da divisão do trabalho, pelo âmbito do reconhecimento seria a revalorização das identidades que são desrespeitadas, bem como, o reconhecimento e valorização das diferenças. Desta maneira, até mesmo no cenário de grupos prejudicados com as injustiças nos permite compreender que estes são bastantes distintos, pois, no caso da redistribuição, os sujeitos de são de classes coletivas, já no reconhecimento as vítimas das injustiças são definidas não necessariamente pela produção, mas pelo respeito, estigma e prestígio que são diminuídos nas relações sociais.

Por isso, consideramos que numa sociedade múltipla não podemos analisar apenas esses dois paradigmas de maneira isolada, pois, tanto a sociedade, como os sujeitos, está em constante modificação. Nessa perspectiva esses atores que os integram sofrem do problema tanto de distribuição quanto de reconhecimento, refletindo especificamente sobre a comunidade LGBTTT que é foco dessa pesquisa, esta faz parte do que a autora nomeou de “*grupos bidimensionais*”. Ou seja, sofrem ambas injustiças, consolidadas pela estrutura econômica e pela ordem de status social, pois, segundo Fraser “praticamente todos (os grupos bidimensionais) supõem tanto uma má distribuição como um reconhecimento errôneo, de maneira que cada uma das injustiças tem um certo peso independente, sejam quais forem suas raízes últimas” (FRASER, HONNETH, 2006, p. 33, Tradução Livre).

A comunidade LGBTTT está exposta a esses padrões heterossexuais que são exigidos pela maioria, considerando que os direitos são recusados a esta minoria, logo, existem sociedades em que se esses padrões estão enraizados nas diferentes áreas como: na cultura, interação, política, direito, conseqüentemente acaba instigando uma agressão ou desrespeito social. Outro ponto que consideramos é que esta população ainda sofre de injustiças econômicas, por exemplo, como a falta de acesso as oportunidades de empregos para população

trans⁷, para as travestis, a negação de benefícios sociais baseados nos vínculos familiares. Por outro lado, existe também, como a falta de inclusão dos parceiros nos mesmos benefícios que lhe são garantidos aos casais heterossexuais, algo que a filósofa nos faz questionar.

Para tanto, o propósito é compreender o processo de integração da ONG a partir de uma concepção bidimensional de justiça em que as reivindicações por reconhecimento sejam vistas em linha com a ideia ampla de justiça. O reconhecimento, nesse sentido, trata-se não de uma identidade cultural característica de um grupo, mas sim, de abordar essa identificação enquanto uma questão de *status social* para entendermos se as condições dos sujeitos estão como parceiros integrais na interação social, quando negado esse reconhecimento existe na verdade uma *subordinação social* com propósito de ser excluído da participação “como igual na vida social” (FRASER, 2008, p.107).

Desse modo, no modelo de status, a finalidade é permitir que se tenha uma política que vise superar essa subordinação existente, estabelecendo para que esses sujeitos/as sejam incluídos na sociedade consigam envolver-se com os outros membros como igual. Isto significa, que o reconhecimento enquanto uma questão de status aponta os padrões institucionalizados de valoração cultural de acordo com suas implicações sobre a posição referente aos atores sociais, quando esses padrões tratam alguns dos atores como “inferiores, excluídos, completamente “os outros” ou simplesmente invisíveis”, ocorre a falta de não reconhecimento e subordinação de status.

A princípio, esse processo não é simples, já que compreendemos a partir do conceito apresentado pela filósofa que é necessário a *paridade participativa*, ou seja, a “existência de acordos sociais que permitam a todos os membros atuarem em igualdade nos acordos sociais” (FRASER, 2002, p. 13), a ideia, nessa lógica, é que haja uma distribuição de recursos materiais para que se possa permitir a esses indivíduos a “voz” dentro dessa paridade e que consigam ter dentro dos padrões institucionalizados de valor cultural, uma igualdade de respeito por todos os participantes e essa igualdade seja atingida dentro das relações sociais .

Dessa forma, a partir dessa concepção *bifocal*, o propósito é apresentar, desta maneira, como a ONG-Ladies é considerada nessa dimensão política de acordo com a possibilidade de institucionalizar esses debates de justiça, onde a paridade participativa tem uma centralidade importante, pois, possibilita que estes atores possam participar com a mesma base de igualdade

⁷ No que diz respeito à população trans, de acordo com Veroneze (2022) há mais de 13 anos o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos deste grupo que, sem acesso ao mercado de trabalho formal e aos direitos básicos, fica vulnerável aos riscos de toda sorte (#VOTELGBT, 2020). Milhares de mulheres e homens trans estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente, por não terem uma política de proteção social específica que atenda às suas carências e necessidades.

e com as condições *objetivas* e *subjetivas*. A primeira diz respeito a distribuição de recursos materiais que possam permitir a independência e voz aos participantes (FRASER, HONNETH, 2006, p. 42) e a segunda diz respeito aos padrões institucionalizados de valor cultural que possam desenvolver o mesmo respeito para com os outros participantes e garantir que exista igualdade de oportunidades para obter a estima social, assim, as demandas de reconhecimento, refere-se as demandas redistributivas.

Como já vimos, essa norma abrange ambas as dimensões da justiça, distribuição e reconhecimento. Assim, para ambas as dimensões, o mesmo critério geral serve para distinguir reivindicações justificadas das não justificadas. Independentemente de ser uma questão de distribuição ou reconhecimento, os reivindicantes devem mostrar que os arranjos atuais os impedem de participar em condição de igualdade com os outros na vida social. Os reivindicantes da redistribuição devem mostrar que os arranjos econômicos existentes lhes negam as necessárias condições objetivas para a paridade participativa. Os reivindicantes do reconhecimento devem mostrar que os padrões institucionalizados de valoração cultural lhes negam as condições intersubjetivas necessárias. Em ambos os casos, portanto, a norma da paridade participativa é o padrão para justificar a reivindicação. (FRASER, 2007, p.125)

Dessa forma, “a justiça requer paridade de participação numa multiplicidade de contextos de interação, que incluem os mercados de trabalho, as relações sexuais, a vida familiar, a esfera pública e as associações voluntárias da sociedade civil” (FRASER, 2002, p. 19). O objetivo é enxergar a partir dessa organização, desse grupo, que não bastam apenas a redistribuição econômica e o reconhecimento social, mas também um contexto onde esses elementos sejam conciliados à essa viabilidade de participação política, com intermédio nas decisões que serão destinadas ao bem da sociedade como todo. A participação política entra como uma das dimensões necessárias nessa justiça social, onde nesse cenário, exponha-se os entraves por distribuição e reconhecimento de modo que especifique o seu alcance, definindo procedimentos para restabelecer e resolver os problemas das dimensões econômicas ou culturais, discorrendo sobre quais direitos estes indivíduos possuem e devem possuir, e de que forma podem atuar para terem tais direitos garantidos.

Nessa perspectiva, ao tratarmos das demandas representativas, a partir da ONG Ladies temos as manifestações de quais são as institucionalizações das normas da maioria no município que acabam negando a *paridade participativa* da população LGBTT, analisando como essas discussões são apresentadas aos debates públicos. E se ao possibilitar esse debate, os participantes envolvidos permitem discutir a respeito de padrões institucionalizados depreciativos a um determinado grupo, ou seja, estes impedem de atuar em igualdade de estima com os demais. Vale ressaltar, que as propostas devem estimular a paridade participativa também, utilizando os fragmentos da filósofa “tal reivindicação não visa a valorização de uma

identidade do grupo, mas a superação da subordinação, procurando instituir a parte subordinada como membro pleno da vida social, capaz de interagir paritariamente com os outros” (FRASER, 2002, p. 16). Assim, o propósito é ressaltar o que a organização vem manifestando a respeito das demandas por redistribuição, reconhecimento e representação, e de como ela pode garantir que esses sujeitos, esses grupos, possam estar em igualdade nas discussões sociais.

4. ONG LADIES: TRAJETÓRIA

A noção de trajetória de vida nos permite compreender o reconhecimento pelo viés do observador, partindo do princípio de que o relato feito por esse investigador se concebe um fruto de sua relação social com o objeto que investiga (MARINHO, 2017). Para Marinho (2017, p.26), a construção do conhecimento representa um processo de uma trajetória de vida, no qual se apresentam as conexões, sejam elas simbólicas ou materiais exercidos entre e os indivíduos desse processo.

Pierre Bourdieu (1996, p.189) apresenta o conceito de trajetória social a partir de itinerários percorridos pelos indivíduos por meio de suas experiências de vida e origem social e determinada posição presente. Nesse sentido, o indivíduo situa-se por outras posições, ou seja, experiências, situações sociais, percursos de vida destes agentes podem variar a partir de sua estratificação social, isso definiria suas trajetórias por intermédio de um pertencimento de uma classe social. Bourdieu ressalta que:

Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. Não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, p.190, 1996)

Desta forma, a partir do pensamento bourdiano podemos compreender esses relatos por meio de uma visão crítica da sociedade, através das conjunturas macrossociais e dos contextos locais, isso leva em consideração as experiências de vidas desses indivíduos e seus campos de possibilidades conforme suas posições sociais estruturalmente determinadas, entres os sujeitos com base nas suas práticas sociais, sejam por exemplo, pela sua própria cultura. Em suma, todas as recordações partem de um lugar e obtém antes situações pelo seu percurso, por fim, a trajetória está relacionada ao contexto em que aquele indivíduo está inserido.

Marinho (2017) mostra que as trajetórias são imprescindíveis para a produção de conhecimento sobre a sociedade, uma vez que, conhecê-la permite a compreensão da singularidade de experiências de vida. Nesse sentido, os esforços para compreender a dimensão biográfica são responsáveis por permitir a singularidade das experiências de vida por meio das situações e contextos sociais. Conhecer a trajetória da ONG Ladies permite o contato com o espaço em que o desenvolvimento da organização ocorreu e a interação com os indivíduos participantes dessa trajetória.

A Organização Não Governamental- ONG Ladies de Ação e Apoio LGBTTT surgiu no ano de 2007, ano em que de fato algumas demandas no movimento LGBTTT foram direcionadas as políticas sociais no governo de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (2007-2010), passava-se a incentivar a participação e a realização das conferências para os GLBT⁸ no plano jurídico, de acordo com (CANELA, 2010, p.46) já existiam outras expressões relevantes do movimento, como as Paradas do Orgulho LGBTTT, dentre outras instituições já direcionadas à essa população com a ABGLT. São nesses cenários que, a partir de um grupo de doze amigos sentiram a necessidade de criar articulações políticas em defesa dos nossos direitos humanos, especialmente, as conexões políticas representativas da comunidade da LGBTTT no município de Grajaú-MA. O município de Grajaú-Maranhão está localizado na mesorregião centro maranhense (IBGE,1990) e está situado a 560 km da capital do estado. Nesse contexto, como descreve o diretor da ONG Luciano Mendes na entrevista, a inserção foi bastante árdua no município, e o Integrante NeyJairo⁹ me relatou em nosso conversa informal como surgiu a ONG:

Sobre o contexto de criação, nos consideramos pioneiros na luta por direitos humanos em Grajaú, era uma época bastante tensa e tivemos que ter sorte para conseguir o fato de colocar a “a cara para bater”, mas conseguimos impor uma representatividade, às vezes mesmo que forçada. A partir desse grupo de doze pessoas passamos a articular eventos culturais, nesses eventos culturais nós só tínhamos como norte o Poder Executivo, começamos a procurar através de algumas secretárias do gabinete e começamos a montar estratégias de como eles poderiam nos ajudar, aí nasceu o Baile da Ladies, a festa das ladies e a partir disso os dozes primeiros, tínhamos madrinhas e essas madrinhas eram pessoas ligadas ao Poder Executivo, e a partir disso, elas começaram a nos apoiar, apoiando de forma financeira para realização desse baile (Luciano Mendes, 2022)

Fui um dos fundadores juntamente com os demais 11 amigos, alguns in memória, sempre tivemos muita dificuldade com relação a tudo, visibilidade, direitos, acesso as políticas, muito preconceito e descrição tanto da sociedade e família. A ong surgiu, após esse grupo de amigos que sempre estavam juntos passeios, ou festinhas particulares, deram a ideia da primeira festa gay em Grajaú, aí surgiu o grupo das Ladies, eram 12 gays, que conseqüentemente se tornou a ONG Ladies, O nome Ladies surgiu devido ao fato de um dos componentes passar o dia todo na porta do meu trabalho em um posto de saúde e gritava todo dia para encostar usando a frase “*Lady Francisca, encoste aqui*” e aí acabou que sempre usávamos o nome lady antes de todos os nossos nomes. Iniciamos com o Baile das Ladies, uma festa inédita que enfrentou todas as instituições, fomos perseguidos, difamados pelas igrejas, pessoas. Muros foram pichados com frases de baixo calão, mas não desistimos e em 2007, saiu o primeiro baile gay de Grajaú. (NeyJairo, 2022)

⁸ Sigla utilizada na época

⁹ Ambos integrantes autorizaram a utilização de seus nomes na pesquisa.

Segundo Reis (2018), a homofobia recorrente no município de Grajaú advém de fatores históricos e no que se refere a discussão referente a comunidade LGBTT é ainda limitada, Reis ressalta que é comum e notório que em diversos espaços há uma relação de poder. No município, se vigora o binarismo do gênero¹⁰, bem como, a heterossexualidade, ocasionando ações preconceituosas e discriminação. Diante dessa conjuntura, é pertinente a superação do padrão de opressões vivenciados pela comunidade e a ONG ladies propõe-se a contribuir com a população LGBTT para concentrar ações que proponha a garantia de direitos para esse público, bem como, difundir informações para organizações, pessoas e entidades sobre a proteção dos Direitos Humanos.

Sobre o município, o diretor ressaltou que no geral, existe uma tradição política relacionadas a partidos conservadores, e que esses partidos não possuem tradição de abordar as pautas LGBTT, como consequência, evita-se discutir e até mesmo realizar ações em prol da comunidade. Diante de diversos dilemas, a ONG conseguiu firmar uma parceria com o Poder Executivo em 2007 com as secretárias da prefeitura do município, no governo de Mercial Arruda (Partido do Movimento Democrático Brasileiro-MDB), para execução de um evento que deu origem à ONG. Começando pelo setor cultural, sem a idealização ainda de movimento político ou de entidade, nasce o “*Baile das Ladies*” realizado na Associação Atlética Banco do Brasil- AABB com o objetivo de inserir a diversidade no município, os dozes primeiros integrantes buscaram parceria com personalidades públicas ligadas ao poder Executivo.

Nessa época nós não tínhamos consciência de classe, se nesse tempo nós fôssemos uma entidade com CNPJ com estatuto, com redimento, a coisa teria sido diferente, mas naquele momento a homofobia não era criminalizada, nós não tínhamos nenhum norte, era só questão cultural mesmo, era só o baile, era tudo de boca, não tinha responsável jurídico, não tínhamos acompanhamento jurídico, isso tornou-se dificultoso por conta disso, e as pichações ocorreram no dia do evento foi de maneira horrível, nós tínhamos patrocínio de tudo para o evento, então não tinha como desistir, nós fomos, mas fomos com medo de represálias, tanto é que a partir disso os próximos eventos ficaram como datas fixas, entrou na agenda cultural da cidade, só que nós não tínhamos consciência de classe. Hoje não, hoje a gente sabe para que a gente finalize um movimento precisamos ter um workshop, seminário, conferências, algo que seja pautado dentro de uma discussão ampla em que toda sociedade possa discutir, como: nosso plano municipal que precisa ser refeito anualmente, que é aberto para todos; Antes a gente não tinha consciência que esses eventos culturais poderiam nos ajudar em algumas ações, não tínhamos essa visão. Hoje temos consciência de que cada coisa que pautamos deve ser direcionada para ações para pessoas LGBTs para trazer eventos nacionais, eventos de Estado. (Luciano Mendes, 2022)

¹⁰ De acordo com Reis (2018, p.36) “corresponde a hegemonia binária de gênero, a qual enquadra o masculino e feminino, na lógica pênis-masculino-cis-heterossexual e vagina-feminino-cis-heterossexual”

A partir disso, a construção desse evento foi idealizada pelos primeiros integrantes com a finalidade de possuírem um espaço para socializarem de maneira mais segura no município. Dessa forma, cada integrante possuía uma madrinha (essas ligadas às secretarias da prefeitura) e as pautas iniciais eram palavras de ordem contra a homofobia dentro desse evento que ocorria de forma privada para população LGBTT. No primeiro momento, os integrantes notaram que para ganharem notoriedade no município precisariam de apoio político, seja de forma direta ou indiretamente, durante seis anos, o evento idealizado pelos membros ocorreu por meio do apoio financeiro de órgãos municipais e indivíduos aliados à administração pública. Mais adiante, vê-se a necessidade da criação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ para que a organização pudesse participar e contribuir com a comunidade científica e com o poder público, como destaca o diretor:

O nosso outro passo foi participar do Fórum Estadual de Organização não Governamentais, a criação do Estatuto, do memorando, do regimento interno para que a gente pudesse participar de editais e contribuir com cientificidade a partir de contribuições como monografias, seminários, etc. Os movimentos culturais começaram no ano de 2007, só no ano de 2016 que começamos as articulações legais, ou seja, como te falei: criar o estatuto, criar o regimento interno, criar o fórum municipal, a partir da participação no fórum, nós criamos o plano municipal de políticas LGBT'S. Estamos sempre na construção/ reconstrução desse plano, modernizando, da pandemia pra cá, nós não nos reunimos, vamos no reunir agora estamos articulando para reformula-lo em junho que é o mês nacional de combate a LGBTFOBIA, nós temos várias datas ao longo do ano, em junho nós estamos querendo fazer o seminário para reformular o plano, pois, esse plano a cada dois anos precisa ser reformulado, o antigo que está em vigência, porquê congelamos o mandato por conta da pandemia. Depois do assassinato de um integrante, resolvemos nos articular porque não bastávamos ter a voz, nós tínhamos que possuir uma voz articulada. Foi quando nasceu a necessidade de criar a ONG e assim a gente passou a se comportar enquanto movimento organizado. (Luciano Mendes, 2022)

A morte de Marcos Jorge, um dos integrantes no ano de 2016, de grande influência na decisão de reconhecimento interno como movimento municipal. Marcos, antes de sua morte, morou na cidade de Goiânia-GO e trouxe ideias sobre a formalização do movimento para os colegas, como recorda o diretor:

Marquinhos foi o que nos trouxe a ideia de como nos vê como movimento, Marquinhos direcionou a gente a partir da perspectiva que ele teve em Goiânia-GO, de como era a parada LGBT, de como lá havia plano municipais, seminários direcionados a comunidade LGBT. Infelizmente ele não teve muito tempo para nos ensinar mais e de lutar aqui na sua volta a Grajaú, logo ele foi assassinado, foi assaltado. A sua morte foi totalmente negligenciada. Para nós, isso foi um motivador, nós fomos para porta do fórum fazer protesto, até que veio a condenação do assassino. E a partir dali, passamos a querer reconhecimento e representatividade. Éramos 12 pessoas, algumas foram embora para estudar e depois não retornaram. Depois que a gente resolveu a partir disso montar a ONG, muita coisa aconteceu, permaneceram as seis desses dozes. No total somos 23 pessoas. É muita gente, há dificuldade de reunir todo mundo, geralmente 7...6 pessoas da direção comparecem. (Luciano Mendes, 2022)

Cabe salientar, que nos termos Honnethianos, discutidos anteriormente, é por meio das experiências de desrespeito, de não reconhecimentos, que os/as atores/atrizes sociais, são movidos por um sentimento moral, e se posicionam frente às opressões, deixando evidente a existência dos conflitos sociais que aliam de maneira crucial a luta por reconhecimento, onde esses sujeitos na vivência do desrespeito pelos demais se reúnem de forma conjunta para uma relação de resistência política. E nesse ponto, Honneth nos explica a ideia dessa resistência:

Não é apenas um meio prático de reclamar para o futuro padrões ampliados de reconhecimento. [...] o engajamento nas ações políticas possui para os envolvidos também a função direta de arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte, uma autorrelação nova e positiva. [...] Na vergonha social viemos a conhecer o sentimento moral em que se expressa aquela diminuição do autorrespeito que acompanha de modo típico a tolerância passiva do rebaixamento e da ofensa; se um semelhante estado de inibição da ação é superado agora praticamente pelo engajamento na resistência comum, abre-se assim para o indivíduo uma forma de manifestação com base na qual ele pode convencer-se indiretamente do valor moral ou social de si próprio: no reconhecimento antecipado de uma comunidade de comunicação futura para as capacidades que ele revela atualmente, ele encontra respeito social como uma pessoa a quem continua sendo negado todo reconhecimento sob as condições existentes. (HONNETH, 2003, p. 259).

Já considerando a perspectiva de trajetória vida de Bourdieu, compreende-se que a narrativa abrange os âmbitos das esferas de interações sociais, sendo elas: sociais, globais, corpórea e simbólica. A trajetória de vida nos permite analisar a maneira como esses atores delineiam suas vidas, vivenciam os acontecimentos sociais, subjetivos e emocionais. Como consequência, a organização busca apoio com a secretária do Estado e de Direitos Humanos e participação popular através do Grupo Gaivota¹¹:

Nós fizemos a mobilização com o deputado Rigo Teles (Partido Verde- PV) que na plenária da Assembleia legislativa fez um discurso muito duro falando desse assassinato, assim, eles entraram em contato com a ONG aqui em Grajaú e foi quando a ONG se inscreveu nesse fórum, Fórum de Ongs do Estado do Maranhão, começamos a participar ativamente dos eventos a níveis estaduais e nacionais, renovamos a nossa participação anualmente nesse evento e participamos de todos os eventos. (Luciano Mendes, 2022)

Com o apoio do Grupo Gaivota, a Ong Ladies passa a se reconhecer enquanto organização em prol dos direitos da comunidade LGBTT no município e em outubro de 2017 nasce a

¹¹ Associação Maranhense LGBT+ fundada em 24.07.2003 na cidade de São Luís/MA-Associada a Filiada ao Fórum de Ongs LGBT do Maranhão e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos-ABGLT.

proposta do plano municipal de políticas públicas, cidadania e direitos aos LGBT'S de Grajaú-MA. O nascimento desse plano ocorreu a partir da reunião de todas entidades da sociedade civil e do poder público, nesse sentido, o grupo convocou todas as secretarias municipais, sociedade civil, movimentos e instituições de ensino superior para construir as ações propostas. Sobre uma das metas o diretor ressalta a importância do nome social como exemplo:

a gente pega três metas e submete para o Poder Executivo, essa três metas existe um prazo para elas serem cumpridas, por exemplo, na saúde a gente fala muito hoje de um treinamento que o profissional e a instituição acolha a pessoa LGBT em qualquer das dimensões, então, por exemplo: oferecer um treinamento para os profissionais de como vão acolher o nome social é uma meta e a gente tem dois anos para treinar todos os profissionais, para quando a pessoa LGBTTT que goza dos direitos do nome social chegar numa unidade básica de saúde ou num hospital o direito ao nome social dela não seja desrespeitado, porque o que a gente escuta dos profissionais é que não sabia, não tem treinamento. Então, o município oferecendo essa capacitação inclusive que pode até ser feita por nós da ONG é uma meta do plano municipal, por exemplo. Então a gente chama o poder judiciário através da secretaria de segurança pública, a delegacia de polícia civil, unidade prisional de ressocialização, guarda municipal, defesa civil para que esses profissionais quando forem atender a pessoa LGBT ou de vulnerabilidade ou com direitos violados ela pode ser sentir acolhida e o direito dela vai ser pleiteado, vai ser garantido. O plano a gente faz em três etapas, a gente faz a mobilização das entidades como : secretária de saúde, de educação, de assistência social, de segurança, de juventude, de trabalho e emprego, na mobilização nós vamos para parte de discussão do plano, estilo conferencia, distribui-se os grupos de trabalho e nos grupos de trabalho a gente vai destinando as pautas: Então, quais são as metas que a prefeitura tem que atingir em cada setor em dois anos, e nesse grupo tem que ter o representantes de usuário, que somos nós LGBTTS, representante de entidades e o representante do poder público que são eles que vão discutir como aquele direito vai ser garantido. (Luciano Mendes, 2022)

Compreende-se então que as organizações, enquanto atores da sociedade civil têm evidenciado seu duplo papel: perante o Estado, a função de questionar para ver suas reivindicações serem atendidas, através da instituição de políticas e das considerações dos governadores existentes; e no que se refere a sociedade, o objetivo é promover a ressignificação de conhecimentos. Como ressaltados por Fraser (2001), que possibilitem uma transformação nas condutas assumidas pelos indivíduos, que podem, dessa forma, facilitar as demandas feitas pelas organizações e pressionar o Estado a reconhecer as demandas de todas as classes.

O que dificulta ainda a execução do plano de acordo com o integrante é a sua atualização, pois, é necessário que ocorra essa modernização a partir da eleição e modificação do regimento interno da organização. Outro ponto que Luciano nos diz é que a ONG ainda não possui sede, assim, o primeiro empecilho foi que a instituição ainda não possuía CNPJ, mas a partir da atualização desse documento e do rendimento interno, a organização pode concorrer a editais para conseguir um local e torna-se uma instituição para garantia de direitos humanos LGBTTT, pois, o município ainda não possui a inclusão desses direitos.

Por enquanto estamos modificando o plano para mandarmos para setorial lgbt da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do governo do Estado, eles que dão essa base para todas as ONGS do estado, aí a gente encaminha para lá e eles fazem o retorno, o retorno deles é, por exemplo, atualizar a legislação, é dizer o que o governo do Estado já tem de avanço que talvez que talvez o município não tenha, então a gente precisa está submetendo a essas instituições. Queremos atualizar em junho, enquanto isso atendemos as demandas que vão surgindo e vamos pontuando em documentos para quando o plano seja refeito, esse plano seja feito de acordo com a demanda atual, por exemplo, antes nós não tínhamos algumas legislações em 2017, hoje nós já temos, em 2017 não tínhamos instituições na cidade, hoje já temos, por exemplo não tínhamos secretaria da juventude, nem da mulher, quanto mais instituição no município, mais irão nós ajudar nossa estratégia. Salvamos os documentos em ofícios, como não temos sede fixa, fica uma pasta com o secretário executivo ou presidente, esse documento fica conosco, sempre salvo em email.

Nós precisamos fazer uma atualização do rendimento interno para que a nossa ONG se torne uma organização em defesa de direitos humanos, por quê? Porque nós não temos um ministério da pessoa LGBT, nós temos o ministério de direitos humanos, da família e das mulheres, então nós temos que organização em defesa dos direitos humanos, para que possamos concorrer a mais editais. O que falta pra gente concorrer como direitos humanos: é modificar o estatuto da ONG, o rendimento interno e o CNPJ (2018). Como a gente irá fazer isso? Na eleição agora nós iremos construir a nova direção, novo estatuto e novo registro no CPNJ agora como entidade em defesa dos direitos humanos, pois os editais abertos são direcionados aos direitos humanos, os fundos que vem são específicos para: mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas LGBTs, nós iremos concorrer de acordo com esses fins, então o que nos falta é essa organização jurídica. Com isso, nós iremos trazer visibilidade, pois irá nós trazer condições de trabalho e quando a gente fala de concorrer a um fundo, falo em condições financeiras para por exemplo, alugar uma sala, ter como ter uma sede, ter computadores, ter impressora, ter diárias pra viajar para são luís para Brasília, pra onde for para ir atrás dessas instituições, ter camisetas, ter como fazer ações. (Lucianos Mendes, 2022)

Os desafios da atualidade é a efetivação de novas políticas públicas, que de acordo com Carvalho e Simão (2021, p.114), em 2014 as questões LGBTT são retiradas, por exemplo, tanto do Plano Nacional de Educação (PNE), quanto diretrizes de políticas públicas que ordena o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (Aragusuku & Lee, 2015; Pereira 2016; Reis, 2018; Medeiros, 2019; Fernandes, 2020). A estratégia da ONG é ser incluída a partir desses segmentos de pautas já existentes no município para conseguir efetivação de políticas públicas e agenda política para população LGBTT, por enquanto, a atuação da organização atualmente é executada através do que o diretor chama de “*busca ativa*”, momento em que os integrantes investigam quando um direito do indivíduo LGBTT é violado. Logo, a vivência desse desrespeito, segundo Honneth, como experiências de rebaixamento que afetam o autorrespeito moral daquele sujeito, quando são impedidos de usufruírem de direitos. Como direito, entendemos a perspectiva de Honneth, quando aquele indivíduo não possui seus direitos garantidos o seu nível de autorrespeito é diminuído, isto é, ele não se considera igual aos demais

cidadãos, conseqüentemente, o processo desse desrespeito é socialmente condicionado no momento em que há a ideia diferentes sobre quais são direitos são universalizáveis.

Estivemos mais parados por conta da pandemia, mas, por exemplo, a gente costuma atuar quando algum direito é violado, entendeu, quando a gente sabe que um direito é violado, quando uma pessoa LGBT tá precisando de ajuda, aí assumimos o serviço, por exemplo, há mais ou menos dez dias uma travesti ela foi agredida, aí a gente atua na hora que nós sabemos, nós acionamos a guarda municipal, a polícia militar, o SAMU para que a gente possa acompanhar essa pessoa. A gente vai chegar no hospital, vai acompanhar se o direito do nome social está sendo garantido, se ela está sendo atendida na ala feminina, se ela foi atendida bem, se não houve algum atrito com aquela paciente. No caso, por exemplo, da orientação jurídica para manter o documentos, nós também atuamos, encaminhamos para os CRAS para atendimento psicológico, para atendimento de ISTS, teste de HIV, dentre outros, emissão de documentos para o viva cidadão no município de referência, se algum lgbt estiver precisando voltar para cidade, a gente articula com a secretaria de assistência social, isso tudo está em pauta no nosso plano e vamos montando o protocolo, “olha quando chegar essa pessoa o que a gente vai fazer” é basicamente encaminhar para que aquela instituição esteja apta a receber a vulnerabilidade daquela pessoa, atuamos em todas as áreas de assistência social para pessoa lgbt, tentamos incluir no fluxograma dessas instituições porque temos que ter nosso direito garantido como qualquer cidadão.(Luciano Mendes, 2022)

Nesse sentido, conseguimos conversar com Fernanda Moraes¹², ela se identifica enquanto mulher-trans-hétero, possui 25 anos e atualmente é recepcionista de hotel, Fernanda não chegou a terminar o ensino médio, pois, a importância do emprego na época para sair de casa por conta dos preconceitos foi mais relevante, assim, a recepcionista nos contou que com o acompanhamento da ONG Ladies conseguiu garantir o seu direito ao nome social.

O nome social é o modo como o indivíduo se autoidentifica e é reconhecido, identificado, chamado e denominado na sua comunidade e no meio social, uma vez que o seu nome civil, ou seja, seu nome de registro não representa a sua identidade de gênero. No Brasil, foi estabelecido o direito da pessoa trans a usar e se identificar pelo seu nome social, por meio do Decreto Presidencial Nº 8.727/2016¹³, de abril de 2016, garantindo essa licença, para público trans, ao seu nome social e que este seja usado para sua identificação em qualquer documento oficial, se assim for requerido pelo (a) interessado (a) (BRASIL, 2016).

O processo de alteração de nome no registro civil foi decidido no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) em março de 2018, assim, o prenome e o gênero do registro civil podem ser alterados sem a necessidade cirúrgicas ou tratamentos hormonais (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018). Destacamos também que posteriormente, o Tribunal Superior Eleitoral

¹² Nome fictício a pedido da entrevistada.

¹³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>

(TSE) permitiu que as travestis e transexuais possam requerer à justiça eleitoral a emissão de seu título de eleitor com nome social, Fernanda acompanhada da ONG conseguiu retirar seu título em abril de 2018, incluindo seu nome social e atualização no Cartão Nacional de Saúde (CNS) do SUS, mais um reconhecimento desses direitos para garantia de cidadania. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018).

A ONG eu conheci através do Luciano, somos amigos de muitos tempos, foi um anjo na minha vida, pois, eu passei muita dificuldade, passei por muito preconceito por causa do meu nome, não me aceitavam de jeito nenhum, até que ele me apresentou a ONG, me explicou sobre as ações que elas poderiam disponibilizar e etc. Fiquei muito feliz em saber que existe uma ONG em prol de nos defender, depois eu comentei com ele sobre querer mudar o meu nome, até que procuramos o advogado público (defensoria pública), foi um processo bem demorado entramos com o processo entre os anos 2014/2015, consegui em julho de 2020, com muita luta a gente conseguiu, posso estar enganada, mas fui uma das primeiras a mudar o nome aqui em Grajaú e pra mim foi como se tivesse tirado um peso das minhas costas. Consegui também a mudança no meu título no ano de 2018 e cartão do SUS, tudo com acompanhamento do Luciano e da ONG, hoje me chamo Fernanda em todos os documentos. (FERNANDA, 25 anos, mulher trans-hétero, 2022.)

Segundo Silva e Santos (2014) compreendo que o nome social é um referencial jurídico que colabora para integração dos direitos da personalidade do sujeito e permite proteção a identidade do indivíduo, assegurando a realização da cidadania, o uso do nome social é uma forma de reconhecimento de sua identidade de gênero, na tentativa de diminuir as diversas violações de direitos que esse público sofre, Silva e Santos ainda mencionam que os vários obstáculos vividos pelas pessoas trans está sobretudo relacionado ao estigma e ao preconceito difundidos a estes indivíduos que também passam pela falta do amparo social. Algo que Fernanda nos relata que acontece de diversas formas no município:

Aqui existe muito preconceito, a gente pode ter o melhor currículo do mundo, estudar, fazer faculdade, terminar nossos estudos e eles não irão olhar para o nosso currículo, eles vão olhar para nós, para nossa sexualidade dizendo “ah não quero ninguém dentro da minha loja, do meu estabelecimento porque vão falar e ninguém vai querer vir aqui”. Uma vez sofri preconceito e fui mandada embora de um estabelecimento, pois, falaram para a dona que eu era trans e acionei a ong, falei com Luciano para dar parte dela, mas era na época da pandemia então não tinha como fazer muita coisa. Eu digo que sou muito privilegiada em ter um trabalho, pois você ver uma transexual empregada é muito difícil, ainda mais numa cidade pequena que tem muito preconceito ainda, bastante, bastante preconceito. Sofri muito preconceito em casa, na rua nunca sofri tanto até porquê tenho uma certa *passabilidade*, passabilidade é aquela mulher transexual que passa na sociedade como se fosse uma mulher cisgênera, que ninguém desconfia que ela é aquilo, por comportamento, aparência, isso é passabilidade. Você passa na sociedade e ninguém desconfia de nada, eu não vou na entrevista de emprego dizendo que sou isso ou aquilo, né, vou mostrar o meu trabalho e espero ser empregada. Hoje eu tenho emprego bom, mas tem muitas que sofrem, que não possuem essa passabilidade, que vão para a prostituição, muitas vão ser cabeleireira, não que ser cabeleireira ou maquiadora ou costureira não seja uma profissão, mas nem toda transexual quer ser

uma cabeleireira, maquiadora, quer ser estilista, quer dizer que para nós da classe só pode ser isso, né!? A gente não pode ser uma médica ou uma doutora, trabalhar em farmácia, ser recepcionista tem que ser só esse tipo específico de trabalho. (FERNANDA, 25 anos, mulher trans-hétero, 2022.)

O termo “*passabilidade*” na qual a entrevistada se refere, indica “*passar por*” que de acordo com Ferreira (2017, p.2) é a caracterização de sujeitos trans passarem por sujeitos cis, permitindo apagar “marcas do sexo imposto ao seu nascimento e colocarem em si características sociais do sexo com o qual se identificam e desejam ser reconhecidos”, de acordo com Monteiro e Porchat (p.11, 2021) essa *passabilidade* permite por vezes vermos que quantos “mais passáveis e aceitas seremos por parte da sociedade que é binária e cis-heteronormativa”. Logo, essa população acaba sendo inserida nas normas e moldes hegemônicos que estão em vigor na sociedade, através da fala de Fernanda, entendemos que nem toda população que se identifica enquanto trans/travesti possuem essa passabilidade, tornando ainda mais difícil o convívio na sociedade na qual ainda possuem concepções de intolerância e preconceito.

Outro ponto no qual Silva e Santos tratam com relevância é a importância da rede social na construção da pessoa trans, abrangendo a necessidade de nos atentarmos a refletir acerca da rede de apoio, pois, para essa população o convívio social pode ser menor devido estarem expostos ao estigma e preconceito, até mesmo quando têm a disponibilidade aos recursos como nome social, cirurgia de redesignação, apoio psicoterapêutico, dentre outros. Fernanda menciona sobre a relevância da ONG para ela e para população de Grajaú:

É importante, é algo muito importante aqui em Grajaú, porque não foi só eu que mudei meu nome social, através da ONG, teve outras trans que também conseguiram através da ONG, então é muito importante que ela exista. Me sinto sim e não representada. Sim porque sei se eu precisar eles vão ajudar e não porque não estou participando muito, não sei o que rolando lá, mas eu sei que se eu precisar ele vai estar lá para ajudar através da ONG, até pedi já para o Luciano para entrar na fila de redesignação de sexo. Eu sempre comento sobre a ONG, “ah se você souber de algum LGBTQIA+ que estão precisando de alguma coisa entrar em contato”, eu sempre falo da pessoa do Luciano que ele ajeita, de colocar o grupo no WhatsApp, não sei se tem Instagram, no facebook, é muito importante, divulgo sempre para pessoas que eu conheço. (FERNANDA, 25 anos, mulher trans, 2022.)

Dessa forma, destaca-se a fala do presidente da Ong Ladies a respeito da discussão sobre os direitos LGBTT no município, o representante da ONG menciona que é ainda um fator ainda ambíguo, de acordo com ele, há um receio da própria comunidade dentro do município de discutir, de ocupar espaços (...):

Vejo que as pessoas novas não querem se envolver no movimento, porque assim, são pessoas que não querem se expor na causa mesmo, de dizer que luta pela causa LGBT,

como se não tivesse consciência classe. Vejo muitas pessoas das siglas aliadas a câmera, mas que não querem se envolver com a causa.

Lembro de um discurso de um candidato que dizia que “*viado é só pra balançar bandeira em comício*” é muito complicado no município essa questão aqui no município, falar sobre achar que luta pela causa.

A caixa de pandora que foi aberta pelo atual presidente Jair Bolsonaro, trouxe pessoas empoderadas de discursos de ódio, porque há todo as fakes News, eles estão reacendendo, a questão dessa “*ideologia de gênero*” que é uma afronta a moral e bons costumes para eles, estão com o discurso que nós LGBTs estamos destruindo a família, existe muito esse discurso vigorando aqui, se antes eles tinham receio de falarem, hoje não têm mais. Mas eu acredito que a gente precisa estar empoderado, precisamos saber dos nossos direitos, porque antigamente não possuíamos esse direito, por exemplo, de partilhar os seus bens com aquele meu parceiro LGBT que vivi por anos, hoje nós já sabemos que existe esse direito e que precisamos espalhar para mais pessoas LGBTs ter consciência de que eles existem. E a ONG ajuda nessas causas, para a pessoa LGBT ter seu direito previdenciário, ter o direito dela assegurado, precisamos lutar para que mais pessoas saibam disso, e é ocupando os espaços, ajudar a chegar nesses direitos. (Luciano Mendes, 2022)

Dessa forma, a partir do momento em que esses indivíduos não correspondem às questões comportamentais de uma cultura que privilegia o padrão heteronormativo¹⁴ e cisnormativo¹⁵, passam a enfrentar diversos ataques e discursos de ódio, pois, como Dias Oliva (2015) expõe ao reproduzir de maneira extrema a ideia de uma sexualidade única, esse discurso funciona como forma de exteriorização da homofobia, nesse sentido, colabora para sua propagação e para formação de uma narrativa ameaçadora e intimidatória contra a população LGBTT.

Sobre outras ações já executadas pela Ong, Luciano relembra a sobre as palestras e rodas de conversas nas escolas do município, a organização planejou de acordo com o a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, prescreve em Art. 3º, III, seu texto a defesa do “pluralismo de ideias e respeito às concepções pedagógicas”. Em relação a esse momento o diretor discorre:

Em 2017, quando começamos a nos empoderar, palestramos em três escolas em Grajaú, conversamos sobre o surgimento do movimento LGBT no Brasil, enquanto parâmetro nacional, estadual e municipal. Justamente, a ONG estava fazendo esse trabalho de formiguinha mesmo, discorrendo sobre os significados das siglas, quais avanços em relação ao nome social, sobre casamento LGBT no Brasil. Nós fizemos um questionário para as escolas e essas escolas respondiam para sabermos qual nível de conhecimento sobre as causas LGBT que aqueles alunos possuíam. Quando nós fomos apresentar o projeto, nós íamos com a minuta da Resolução do Conselho Estadual de educação que diz que as escolas a partir daquele momento eram obrigadas aceitar o nome social, então não tinham para onde eles correrem, o governo do Estado

¹⁴ O termo foi criado em 1997 por Cathy J. Cohen, que caracteriza a normatividade, expondo o fato de pertencer a um “sistema hetero, ou seja, práticas localizadas quanto aquelas instituições centralizadas que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e as relações heterossexuais como fundamentais e naturais dentro da sociedade”. (COHEN, 1997, p. 440)

¹⁵ A cisgeneridade pode ser entendida como experiência individual de gênero que corresponde ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento, ou seja, a pessoa cisgênera é aquela cuja identidade de gênero coincide com o gênero determinado no momento do seu nascimento, logo, também se estabelece o conceito “cisnormativo” abordando a cisgeneridade como norma dentro da sociedade.

junto com a diretrizes e bases da educação já estava trabalhando de maneira transversal a temática da diversidade sexual nas escolas. (Luciano Mendes, 2022)

A resolução a qual o diretor Luciano se refere diz respeito a de nº242/2010¹⁶ na qual dispõe sobre “a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos documentos escolares das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências”. A intenção da organização justamente é quebrar essas barreiras impostas pela sociedade, portanto, percebe-se que a escola também deve estar à altura dos desafios postos pelas alterações sociais nas quais estamos passando, garantindo um ambiente igualitário a todos.

Nesse sentido, entende-se a importância do reconhecimento, não só como mera tolerância, mas sim, tornando um ambiente acolhedor em que os alunos, servidores, professores, entendam positivamente as questões de identidade e diferença. Baseado nisso, a Fraser (2007, p.109) propõe essa análise na alternativa de reconhecimento, que diz respeito principalmente a uma mudança nos padrões institucionalizados de cultura presentes na sociedade, ou seja, as reivindicações de reconhecimento como normativamente é para todos aqueles que concordam em seguir os termos justos da interação, sob as condições do pluralismo valorativo, onde a paridade recíproca permita que a justiça promova arranjos sociais, isto é, todos os membros da sociedade interagir uns com os outros como parceiros.

Cabe aqui ressaltar que Ramos e Carrara (2006, p.190) mostram que a homossexualidade acaba ganhando novas ideias metodológicas nas universidades e núcleos de pesquisas, se afastando dos referenciais biomédicos. Recentemente, podemos dizer que o ambiente acadêmico brasileiro se afastou de uma concepção de cunho naturalista e passou a se concentrar nas vivências, relações, direitos, reivindicações dessas comunidades. No entanto, Peixoto (2008) deixa claro que ainda há uma pequena produção acadêmica relacionada a isso, de forma que muitas vezes nos fazem acreditar que essa reflexão é uma novidade.

Quanto ao apoio político, o diretor aponta sobre as dificuldades existentes até hoje, inclusive, mencionando um momento específico nas eleições municipais em que a organização aliada ao Fórum Estadual LGBTTT criaram um documento como termo de compromisso para cidadania plena da comunidade. Nele há a articulação de vinte organizações representativas do segmento em defesa dos direitos humanos da população LGBTTT resultante das regiões metropolitanas e dos municípios que têm como propósito de assegurar o movimento e ampliar as propostas pela promoção dos direitos, os candidatos a prefeito e vereadores poderiam assinar

¹⁶ Disponível em: <[RESOLUCAO 2010 - 242 \(conselhodeeducacao.ma.gov.br\)](https://www.conselhodeeducacao.ma.gov.br/RESOLUCAO%202010%20-%20242)>

firmando o compromisso com as propostas e autorizar a sua divulgação nos meios de comunicações das instituições.

A questão que perdura até hoje é a questão do apoio político, porque a ONG leva as propostas a partir de um plano organizado, esse que ainda está em andamento. Entretanto, nós temos questões mais municipais mesmo, esse documento foi mostrado criado em conjunto com o Fórum Estadual LGBT+ foi apresentado por nós nas campanhas municipais de 2020, pois nós sabemos que os candidatos buscam apoio político, se o grupo decidir fechar com eles, fechamos, isso não significa que todos apoiam o mesmo candidato, mas nos aliamos aos que lutam pela causa com a gente. Somente um candidato a prefeito nos recebeu com esse documento, e nesse momento tivemos a oportunidade de discutir as propostas que estavam nele, dentre elas: promover e aprovar projetos de lei de garantia, defesa e proteção da comunidade, promoção também de promoção e proteção de cidadania e direitos humanos, dentre outros. Consideramos um grande avanço em termos recebidos e acolhidos nesse momento. (Luciano Mendes, 2022)

Embora considere um grande avanço a discussão das propostas serem aceitas por um candidato no Executivo, a organização acredita que para a efetivação da maioria das propostas seria necessário a candidatura de algum representante no Legislativo:

O que percebemos é que para realizar o plano nós precisamos de um mandato eletivo, nós hoje não só estamos buscando não só apoio atualmente, também pensamos em lançar um candidato à câmara municipal, justamente pra ter uma pessoa que não use da nossa causa como moeda de troca, mas que de fato seja alguém comprometida com a causa para nos sentirmos representados; seria viável uma pessoa LGBT que o movimento acolha a gente pode pensar num apoio; não necessariamente precisa ser de um partido específico, mas se o movimento achar que aquele sujeito irá nos representar, nós apoiamos. (Luciano Mendes, 2022)

Nesse ponto de vista, percebemos a ideia de perspectiva social que Iris Manion Young aponta como importante no debate político, a autora nos diz que essa concepção nos traz um conjunto de questões, tipos de experiências e pressupostos nos traz diversas conclusões, tendo em vista que um grupo social específico possa partilhar percepções e experiências comuns em uma posição social representativa em uma determinada realidade social, deste modo, a inclusão de grupo subalternos nas disputas representativas permitiriam, segundo a autora, a presença de mais entendimentos sociais nas áreas públicas, assegurando a apresentação de vários conhecimentos e convicções de mundo que podem possibilitar resultados políticos mais adequados. (YOUNG, 2000).

Em relação ao movimento dentro do município, Luciano acredita que o movimento LGBTT ainda é construído por poucas pessoas, mas o objetivo principal da organização é lutar para os direitos de todos que abranjam a sigla:

O que acontece em Grajaú é que parece que o movimento é de um ou dois, mas a gente tem que lutar no plural para que todos sejam representados. Essas lutas existem

em Grajaú, embora ela seja pequena, entendeu, por isso que muitas vezes que estará representando ali um ou dois, é sempre Luciano que vai tá ou zé divino ou Adailton, por exemplo, só agora em 2021 que ong conseguiu ocupar uma cadeira no conselho municipal de saúde, por exemplo, já fui várias vezes ocupar a plenária da câmara Municipal, mas só no ano de 2022 que fomos ocupar. Outro fato importante foi que vereador Arão conseguiu encaminhar um projeto para a semana de esportes LGBT de Grajaú, acredito muito que isso seja um avanço advindo dessa militância, desse nosso movimento, porque partir do momento em que ocupamos lugares como no conselho de saúde, de trabalhar de maneira documentada, começamos a ter visibilidade, mostramos que somos uma entidade, nós temos como representar a causa. (Luciano Mendes, 2022)

Mudou coisa mudou em relação de como era antes, hoje mudou a forma que a classe é vista, muitos não são tão discriminados, depende da postura, nível social, mas a grande maioria sofre muito. A união de toda a classe gay é bastante importante, mas saber como é difícil conviver em grupos. A escolha dos nossos representantes políticos também tem sua importância, né, para que estes, nos represente. (NeiJairo, 2022)

A organização compõe atualmente o Conselho Municipal de Saúde de Grajaú-MA, tendo como representantes Gilvan Arruda como conselheiro titular representando a ONG ladies no segmento usuários do Sistema Único de Saúde-SUS, e Luciano Mendes como suplente, a representativa da instituição, nesse âmbito, é vista pelos membros como uma iniciativa na qual os representantes possam participar ativamente dos debates, das deliberações e estruturação desse segmento para ampliar os pontos de mediação entre os representantes e a população LGBTT do município .

Só o fato de estar sendo representado lá já auxilia, tipo assim, em atendimento, quando a pessoa chega na unidade de saúde ou um órgão de saúde as pessoas já sabem que a gente tem a cadeira ativa e como a notícia corre rápido no município já facilita o atendimento da população LGBT, o que era para ser algo normal. E empodera, porque a gente está lá dentro, a gente vai sabendo mais do SUS, mais da estratégia deles de saúde e isso facilita bastante para ampliar e expandir as discussões, as políticas, a gente fica conhecido nas instituições. (Luciano Mendes, 2022)

Assim, como afirma Fraser (2007), em seu modelo de reconhecimento por meio do status social, isso seria um exemplo de paridade de participação, no qual temos a atuação dos membros da ONG no conselho e isso nos mostra essa possibilidade nos espaços. Isto é, “aqueles que diferem dos padrões institucionalizados de valoração cultural, sendo capaz de tomar seu lugar na condição de parceiros integrais, ou seja, de estar igual em relação a condição com os outros, partindo do mesmo lugar”(Fraser, p.118). Nesse sentido, a paridade acontece quando os sujeitos participam de atividades ou interação, assim o envolvimento no conselho de saúde demonstra essa interação mediante as condições que a autora se refere como: objetiva e intersubjetiva, tratando-se a primeira da garantia de meios e oportunidades para assegurar a interação com os outros e a segunda seria a procura pelo igual respeito a todos os membros, ou seja, uma igual

oportunidade de procurar pela estima social. Embora tenha-se obstáculos possíveis como aspectos econômicos, culturais e políticos, a terceira condição para que a paridade se disponham seria a viabilidade nos quais a tomada de decisão partiria dos mecanismos que não segregam determinadas pessoas ou grupos, nos conselhos, a participação e representação avançam juntas, dependendo de como são criadas as oportunidades dos participantes de intervir nas decisões.

Outro fator discussão pautada na organização é a representação social, algo que de acordo com Jodelet (2001, p.22) trata-se “(...) uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Logo, os saberes são relacionados ao cotidiano dos indivíduos e por meio dessas que se identificam determinados aspectos da realidade, a construção dessas representações permeia na maneira como o conhecimento é aprendido e construído no progresso dos indivíduos e da sociedade, relacionando-se com a representação dos grupos e as perspectivas de modificação social da realidade. Quanto a isso, o diretor menciona:

Sinto que falta a própria comunidade falar uma língua só, quando a gente organiza uma ong nós temos uma coordenação: temos presidente, vice, secretário. Só que fica só em cinco pessoas carregando nas costas. São essas pessoas que estão com seus direitos violados que precisam estar com a gente. Existe muita questão dessa passabilidade no Brasil, eu que tive ensino superior, entendo essa questão de privilégios, mas aquela pessoa LGBT que têm a sua existência negada constantemente não está por aqui. A gente precisa acolher, o movimento precisa acolher, essas pessoas que não tiveram esses mesmos privilégios de estudo e etc, tanto a sociedade quanto os movimentos políticos. Muitas vezes eu vejo a gente falando (nós da ong) e essas pessoas não se sentirem representadas porque não tiveram esses privilégios. O nome social pode parecer para algumas pessoas algo banal, mas para aquela travesti, aquela trans que não teve os mesmos privilégios, que não tem ensino superior, às vezes fica difícil de se sentir representada, porque às vezes nem ela acredita naquele direito que ela conseguiu através dos movimentos. Então é trabalho de formiguinha, principalmente na formação de base dos nossos direitos, então, a todo momento a gente tem que reafirmar que nós podemos ter acesso a esses direitos e é muito difícil isso porque a nossa sigla é de alcance macro e a gente não consegue, por exemplo, uma figura feminina dentro da nossa organização, a gente não consegue ver as mulheres lésbicas, lésbicas cis, nem o homem trans, a mulher trans, a maioria são gays, para eles há essa passabilidade. Quanto mais afeminado, maior é a negligência. Estamos discutindo para que os direitos sejam garantidos para todos. Essa questão de representatividade pesa muito, algumas pessoas não se sentem representadas por isso, por ver esse nosso privilégio de certa forma e achar que é somente para a gente. (Luciano Mendes, 2022).

A intenção da organização, nesse ponto de vista, é poder agregar mais indivíduos da comunidade que são constantemente silenciados nesses aspectos para que a partir do compartilhamento de vivências, consigam atuar de maneira mais direcionada para atender todos que fazem parte da sigla LGBTT. Dessa forma, procuramos pessoas não associadas à organização, mas que estão inseridas na sigla para saber seu entendimento sobre a organização

e a sua representação no município. Conversamos com o graduando do curso de Ciências Humanas/Geografia da UFMA/Câmpus Grajaú, Mateus Silva¹⁷. O estudante concentra seus estudos nas áreas de gênero, sexualidades e feminismos, assim, atualmente pesquisa a população LGBTT de Grajaú com o trabalho intitulado *“Mermã, mermão aquenda: o truque LGBTQ+ no processo de construção social de um Corpo-Território no encontro com o outro em Grajaú-MA”* (2022), o pesquisador tenta compreender como as pessoas LGBTT utilizam sua corporeidade enquanto lugar de afirmação social. Importante pontuar que Mateus nos esclareceu que durante a trajetória de sua pesquisa, prefere se identificar enquanto uma pessoa *bicha*, apesar de reconhecer que por parte do olhar do outro, ele é visto como um *homem-cis-gay*. Logo, nas falas do pesquisador *“essas categorias para mim são totalmente diferentes, mas, para o entendimento geral, sou identificado por essas pessoas normativas enquanto homem-gay-cis que não é enquadrado nessa normatividade sistêmica”*, sendo assim, ele nos relatou sobre seu conhecimento a respeito da ONG e sua representatividade:

Eu conheço por nome a ONG não sei exatamente o ano, mas era muito comum aqui na cidade o baile que a instituição promovia na expoagra, onde eles promoviam desfiles onde as pessoas trajavam e era muito conhecido na época porque a primeira dama da cidade do atual prefeito era convidada, havia um peso a mais por conta disso, mas também, nessa época, no meu entendimento, a organização não passava disso, eu sabia apenas dos desfiles promovidos por eles. Algumas pessoas tratavam o evento de forma pejorativa, escutava bastante *“ah tem muito viado, tem sapatão...”* De lá pra cá, eu já vi no facebook, eu usava muito o facebook, então via algumas postagens contra LGBTfobia, posteriormente, vi esse movimento um pouco mais forte na época que assassinaram o rapaz, o marquinhos, eu vi esse movimento mais forte nessa época como forma de homenagem, em memória a ele.

Em relação a atuação da ONG já vi pelo instagram do Luciano, membro da ONG, e vi também umas pessoas conhecidas serem auxiliadas com relação a alteração de nome (...) O que eu acredito é que há ações pontuais, não existe um movimento LGBT+ em grajaú, por exemplo, a própria ONG Ladies, é uma ação, mas é uma ação pontual, ela não abarca todos os indivíduos da sigla no município de Grajaú. Há muito mais também essa movimentação em relação aos sujeitos, individualmente. Com relação a ONG, ela não abarca, ela não é divulgada, o que parece é que ela foi muito nessa coisa do desfile, tipo a parada do orgulho, que acham que é só um evento, digo pessoas, mas nem não todas acham isso, é claro. Então, acabou ficando mais nesse sentido de evento cultural, sinônimo mesmo de evento que tem todo ano, tipo expoagra, ficou muito nesse sentido, de evento. Não tô dizendo que a organização não é importante, muito pelo contrário, ela tem que se ampliar e procurar meios de formação política para atingir esses sujeitos. Enquanto pesquisador, porquê que eu te digo que não há um movimento LGBTQIA+ organizado, porque consegui averiguar com os interlocutores/as da minha pesquisa, principalmente os mais jovens, há pessoas mais jovens que vão falar que passaram por esse movimento de reconhecimento, de identificação, até mesmo de transição, sozinhos. Se a ONG fosse efetiva enquanto uma ação mais institucionalizada no município, se ela fosse mais ativa enquanto um movimento social, político, com pé mesmo no chão, no sentido de mover ações educativas, de conscientização e mesmo de acolhimento dessas pessoas em construção como eu falo no meu trabalho, essas pessoas, elas passariam por esse processo de construção de um corpo enquanto território de forma menos dolorida

¹⁷ O estudante autorizou a utilização de seu nome.

possível, tanto socialmente, intrafamiliar... porque seria mais fácil, porque haveria conhecimento, haveria informação, tudo parte ali do pressuposto da informação, porque as pessoas conheceriam, veriam que não é uma coisa de outro mundo, o processo não seria tão doloroso. As pessoas mais jovens no qual pesquisei afirmam que esse processo ele é solitário, é individual, então, enquanto movimento organizado a ONG não cumpre esse papel, isso não significa que ela não possa cumprir, a partir de uma metodologia mais ativa acredito que elas conseguiriam atingir todas essas pessoas, assim conseguiriam se configurar enquanto movimento, de maior potência. (Mateus Silva, 2022)

De acordo com o discente, ainda falta bastante informação sobre a ONG, em relação a sua atuação, como ela pode ajudar a comunidade LGBTT. A questão da divulgação é outro ponto que o pesquisador menciona:

Os meios de divulgação, as mídias sociais são potências, e hoje a gente só consegue se movimentar nesse meio informacional, se movimentar de maneira mais ativa, nesse meio através da informação, a partir do momento que você vai para o movimento social, você tem que entender que as pessoas elas não irão atrás, muito difícil, você tem que ter essa consciência, quando você faz uma organização, um movimento social, você tem que entender que é você vai atrás dessas pessoas, é um movimento de formiguinha, é um movimento de conscientização, por exemplo, é igual que falei, a ONG ela tem essa coisa muita *folclorizada*, elas deviam utilizar esses meios e dizer em claro e bom tom, seja através de vídeo, seja através de escrita, seja em forma de reels no instagram, usar essas formas interativas, convidar as pessoas de fora para fazer palestras, por exemplo, tá muito na moda esse tiktok, poderia fazer essa forma interativa, essa forma didática, essa coisa pedagógica que a gente consegue chegar nessas pessoas, dizer o que, o porquê e pra que as pessoas LGBTQIA+ podem procurá-los, quais ações elas resolvem ou apoio podem conseguir pra essa população através da prefeitura, colocar nas mídias sociais para que as pessoas saibam que podem procurá-los, acolhê-los. Porque uma pessoa vai e procura, divulgar para outra pessoa e assim ganham notoriedade, vai alcançando as pessoas.

A falta de difusão de informações e debates de organizações relacionadas a comunidade LGBTT no município é algo que os entrevistados que se identificam com a sigla discorrem bastante, evidenciando que ainda é muito vago ou até mesmo restrito, como Brenda, Alisson, Arthur, Breno e Pedro¹⁸ apresentam:

Não conheço a instituição e acredito que nossa cidade ainda vive em uma realidade paralela em relação as pessoas LGBTQIA+, somos a maior parte da população e ainda sim temos que viver e conviver com pessoas não nos respeitam, e nem aceitam quem nós somos, Grajaú precisa de mais diversificação, mais cultura, e o mais importante, informações, á muitos tabus a serem quebrados ainda. Eu particularmente, não vejo avanço, ao meu ver o governo municipal, por exemplo, com tantas pessoas do meio LGBTQIA+ envolvidas deveria ter tido ao menos pequenos avanços. (Brenda, 23 anos, mulher-cis-bissexual)

¹⁸ Nomes fictícios a pedido dos entrevistados.

Não tenho interesse em participar das organizações políticas, mas, já ouvi falar sobre a ONG, mas não sei sobre nenhuma ação realizadas pela mesma, já vi em redes sociais através do perfil de um dos integrantes e também no facebook. Acredito que ainda falte maiores representações no meio político em apoio às causas da comunidade lgtbqia+, principalmente na câmara municipal, acredito principalmente que deveria ter um maior apoio às pessoas trans, tanto no meio jurídico quanto no social, as redes sociais hoje é a chave para trazer maior conhecimento sobre as futuras ações do grupo, acredito que agregaria bastante para comunidade ter acesso em outras redes sociais, mas de meu conhecimento, apenas vi em alguns perfis e no facebook. (Alisson, 24 anos, homem-cis-homossexual.)

Atualmente eu não participo de nenhuma organização e meu interesse em participar de alguns depende da forma pela qual as pessoas e os organizadores deles abordam o fazer político, já ouvi falar um tempo atrás sobre a ONG, mas algo bem vago mesmo, não sei falar com precisão como atuam e porquê atuam. Em Grajaú, particularmente, nunca ouvi falar sobre algumas rodas/debates que poderiam ser úteis para a população da comunidade. Até mesmo digo que não é assim por causa da personalidade de cada membro, visto que não é segredo que alguns se sentem superiores aos outros, dessa forma, não vejo sequer avanço relacionados as políticas públicas LGTBQIA+, então, eu não me sinto representado. Acredito que as redes sociais ajudariam bastante, as pessoas precisam saber o que é, para fazer parte de algo e conseguir divulgar as discussões sobre a ONG. (Arthur, 22 anos, homem-cis-homossexual)

Conheço a ONG através de uma ação dela que foi a mudança de nome social para minha prima trans, na minha opinião a discussão no município é extremamente vaga, poucas pessoas se preocupam com as pautas LGBTQ+ e ainda falta bastante para alcançarmos isso, falta mais pessoas comprometidas e apoio nas redes municipais. Por exemplo, a divulgação nas redes sociais seria viável, pois é muito vaga a representatividades existentes em Grajaú, agregaria bastante e acolheria as pessoas LGBTQ+ porque a gente existe na cidade. (Breno, 25 anos, homem-cis-bissexual)

Já ouvi falar sobre está ONG, mas não sei se nenhuma ação organizada por ela. Infelizmente não me sinto representado por nenhuma instituição no município, não que elas não nos representem perante as autoridades, mas pelo fato de não ter conhecimento específico da atuação destas no município, acredito que há sim um movimento LGBTQ+ no município, mas, acredito que sua difusão na sociedade ainda é pequena e restrita. Eu acho na atualidade as redes sociais são ferramentas poderosas de difusão do conhecimento, mais divulgações nas redes sociais possivelmente só trariam benefícios tanto para a comunidade, quanto para a ONG. (Pedro, 24 anos, gay-cis, estudante)

Podemos evidenciar que as representações sociais são dinâmicas, estão em constantes modificações, compreende-se que a prática de um determinado grupo pode se modificar também, e isto está aliado às relações com diversos aspectos sociais que instigam essas alterações, como as discussões nas instituições públicas, acadêmicas, nos espaços políticos, nas redes de comunicação sejam elas institucionais ou informais.

Dentro do movimento LGBTTT há uma multiplicidade de pautas, Facchini (2005) nos diz que no primeiro momento, as representações eram por meio dos aspectos sociopolíticos onde havia a predominância de homens-homossexuais, posteriormente, essa conjuntura passa por uma transformação, os atores se pluralizam e começam a identificar as diferenças entre as suas demandas e a necessidade de consolidação das identidades. Dessa forma, para mudança dessas representações sociais e identificação de determinados sujeitos para com a organização são necessários diversos agentes e inserção desses atores que estão interligados no campo e na arena (FACHINNI,2005).¹⁹No entanto, para o diretor, a representação é um fator problemático, pois, por mais que alguns indivíduos se identifiquem enquanto LGBTTT, as participações nas discussões envolvendo as políticas públicas e direitos ainda é limitada.

Existe muito isso, uma parte do movimento, da comunidade está “empoderada” e outra não, ou seja, quando a gente lança uma postagem, quando a gente participa de um evento, quando a gente ocupa um espaço, eu recebo poucas pessoas para estarem ali junto comigo, mas a minha caixa de e-mail, minhas redes sociais ficam lotadas de mensagens, e eu fico passado com isso. Quando a gente faz seminário a gente sempre finaliza com essas, porque tipo assim, as pessoas LGBT elas precisam de um espaço que elas estejam à vontade para mostrar a sua liberdade sexual, seu beijo, seu afeto, suas mãos dadas, a gente sempre faz festinhas privadas, no seminário de discussão tem dez pessoas, quando eu chego na festa tem muita mais gente, e eu fico passado, isso não é normal, eu me inquieto muito, eu vejo muito isso com divisor de águas. (Luciano)

Moscovi (2013) evidencia que as especificidades das representações é modificar algo que não é familiar, o autor ainda salienta que este processo não é simples e para isso os atores podem posicionar em duas condutas: ancoragem e objetivação. A primeira relaciona-se à colocação de algo antes estranho no pensamento/categoria que já é organizado, ou seja, fundamentar o desconhecido em representações já presentes, a segunda refere-se à cristalização de uma representação, logo, ela caracteriza uma imagem, uma noção abstrata para se tornar concreto. Cada um dos objetos de representação tem uma realidade que se expõe, isto é, foi construída antes dela pelas comunidades e práticas relacionadas a ele.

Entendemos que as representações, sobretudo, as identitárias são complexas, pois, o seu processo diz respeito principalmente pelas suas influências de informações que os atores têm de si ou que os grupos tem de si, que indicam a permanência de outros elementos envolvidos,

¹⁹À vista disso, o “campo” do movimento estariam todos os atores sociais diretamente envolvidos em seu cotidiano, como as organizações ativas, as agências estatais e poderes públicos com os quais se relaciona e os atores do mercado que abrem espaço ou se dirigem a homossexuais. Na “arena”, estariam todos/as aquele/as que poderiam se reconhecer ou ser reconhecidos (as) a partir das categorias enunciadas no sujeito político do movimento, sem, no entanto, estarem diretamente envolvidos (as) no cotidiano da militância (FACCHINI, 2005).

isto acontece porque para além das representações pertencentes ao “si mesmo” estão as representações mediante a realidade que os sujeitos vivenciam, assim, essas representações de realidade se intercalam e interferem na noção de identidade.

Isso posto, embora esses sujeitos se identifiquem, há práticas sociais em relação a sua orientação sexual que são baseadas na heteronormatividade e que podem ser outro fator que influencie a falta interesse nas discussões referentes a comunidade LGBTTT, no caso do município, os integrantes da ONG reafirmam que a falta dessas debates e o preconceitos existentes nos ambientes institucionais e fora dele faz com que os sujeitos não se interesse pela causa, nota-se, dessa forma, que ainda há uma série de desafios que a ONG enfrenta para garantir sua eficiência na proteção dos direitos LGBTTT, além de todas as dificuldades presentes dentro da própria sociedade, advindas da discriminação a população a comunidade LGBTTT.

Portanto, entende-se que a ONG ladies foi se constituído e se modificando ao longo de sua trajetória, compreendemos que é relevante conhecer os motivos que levam os sujeitos sociais a se engajarem em prol das causas LGBTTT, e a representação da instituição demonstra que as ações coletivas são moralmente motivadas e a organização é formada por diversos anseios que se agregam com o intuito de desenvolver os propósitos de suas ações, dessa forma, tanto o reconhecimento, quanto o engajamento e possibilidade de paridade participativa é ponto fundamental para que a organização conquiste seu espaço dentro da sociedade civil e das políticas públicas.

A fala desses interlocutores nos remete a importância que as redes possuem na atualidade, principalmente, as *redes sociais digitais*²⁰ que apareceram como uma possibilidade de expressão e socialização por meio de ferramentas de comunicação intermediadas por meios eletrônicos. Machado (2007) nos diz que a possibilidade de uma comunicação rápida, barata e de grande alcance atualmente faz com que a internet seja a principal ferramenta de articulação e comunicação das organizações, seja da sociedade civil, movimentos sociais ou grupos de cidadãos. O que acontece na atualidade é que a rede se converteu ao um espaço público essencial para consolidar as reivindicações dos sujeitos sociais como forma de ampliação para os alcances de suas atuações e expandir suas estratégias de lutas, algo que vamos discorrer a seguir.

²⁰ De acordo com PEREIRA (2021, p.39) as redes sociais digitais são as possibilidades de expressão e socialização através das ferramentas de comunicação mediadas por um computador. Por exemplo, em seu livro “*Redes sociais na Internet*” a autora Raquel Recuero apresenta sua pesquisa enfatizando a relevância de estudar os fenômenos dessas redes sociais digitais que vem sendo objeto de estudo a partir do conceito de rede durante o século XX.

4.1 AS REDES SOCIAIS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DA PÁGINA “LADIES GRAJAÚ”

Na atualidade “*a rede*” é vista como um espaço público que permite novos direcionamentos para interação seja política, social e econômica, sobretudo, porque através dela, o sujeito pode assumir, diversos papéis como: cidadão, militante, assim, nas falas de Jorge Alberto Machado: “A “apropriação” de espaços na rede mundial pelos movimentos sociais tem contribuído para o fortalecimento das demandas sociais, ao oferecer certos tipos de organização, formas de articular ações e de se fazer política que não existiam antes.” (MACHADO, 2007, p.277). Nesse sentido, entendemos as “redes sociais digitais” como uma intermediação de interesses comuns, ou seja, apresenta-se uma estrutura de conexões estabelecidas pelas ferramentas digitais atuais, que nos permite participar de redes *online*, pois, estabelece a transposição constante das barreiras entre o online e o “mundo físico”. Dessa forma, as informações que são difundidas através das redes sociais digitais permitir aproximações aos usuários das redes e os movimentos sociais, coletivos, que procuram mobilizar e ampliar os grupos já existiam antes das comunicações digitais, porém, a internet possibilitou uma definição mais extensa a estes grupos, de acordo com Guedes (2013, p.29):

Há mais ou menos dez anos, as redes sociais digitais começaram a se tornar armas eficazes na mobilização de pessoas. Hoje, mais que nunca, os grupos agem nas redes sem medo de censura ou repressão. Se fortalecem e lutam por seus ideais, incentivando a participação de pessoas com os mesmos anseios e desejos em comum. Por este motivo, a Internet se torna um meio de comunicação cada vez mais popular. Movimentos sociais dentro das redes sociais necessitam de presença de líderes, que podem se formar fora dos ambientes online, mas precisam estar presentes no meio virtual para propagar a causa. Esta estrutura pode proporcionar mais facilidade e agilidade nas transformações desejadas (GUEDES, 2013, p. 29)

Nesse sentido, as organizações na atualidade acabam assumindo, de acordo com a autora, causas e fundamentos que podem ser culturais, éticos, sociais e se unem para atingir esse objetivo. As redes sociais, podem ser entendidas enquanto uma rede organizacional importante para esses coletivos, claro, para estes que possuem acesso à Internet. A Ong, até o momento, só possui como rede social uma página no facebook chamada “Ladies Grajaú”²¹, desde de outubro de 2017, disponibilizando o endereço eletrônico *e-mail e telefone* para usuários, além de permitir que os utilizadores da plataforma possam enviar mensagens através do *messenger*.

²¹ Disponível em: [Ladies Grajaú | Facebook](#)

Dessa maneira, 627 pessoas curtiram a página e 644 seguem o conteúdo disponível, de acordo com a plataforma:

“Quando uma pessoa curte uma Página, ela está demonstrando que apoia a Página e deseja ver o conteúdo dela, a Página será exibida como curtida na seção Sobre do perfil dessa pessoa. Quando uma pessoa segue uma Página, significa que ela pode receber atualizações sobre a Página no Feed de Notícias”
(Central de ajuda do Facebook, 2022)

De acordo com Pereira (2021, p.40) o *Facebook* funciona através de perfis e comunidade, antes seu objetivo era contatos entre jovens universitários de Harvard (EUA), depois foi aberto para outras universidades e acabou atingindo uma popularidade maior, ampliando seu público. A rede social do *Facebook* possibilita aos seus usuários compartilhamentos de informações através de diversas formas como: imagens, textos, vídeos, dentre outras, mediante os dispositivos proporcionados em sua plataforma. Recuero (2014) nos diz que as conversações em rede permitem a informação entre os atores, pois, cada usuário pode adicionar o outro em sua rede e ter acesso aquilo que o “amigo” de rede pública na rede social, logo, a rede possui falas e interpretações que podem ser compartilhadas no “*ciberespaço*”,²²estabelecendo vínculos entres os sujeitos.

A página da ONG existe há mais de 3 anos, possui em seu núcleo os integrantes da instituição e contam com as mídias das redes sociais do Facebook para alcançar seu público alvo. A partir da análise da rede social da ONG, conseguimos perceber que o principal intuito é divulgar algumas das ações realizadas pelo coletivo e a interação ocorre por meio dos comentários desses posts, utilizam um tipo de linguagem textual e principalmente, imagens para representar as informações transmitidas.

Sua última publicação foi em Fevereiro de 2022, mostrando uma reunião realizada pelos membros na Academia Grajauense de Letras e Artes de Grajaú, como ressaltado anteriormente, a ONG não possui uma sede, então seus membros utilizam variados lugares para realizar suas reuniões, assim, Luciano afirmou que através das redes sociais no Facebook, ou procurando a Diretoria as pessoas podem entrar em contato com a organização, a periodicidade dos encontros e reuniões segundo o Estatuto é mensal, entretanto, o integrante ressalta que nem sempre

²² Ciberespaço pode ser compreendido como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 92). Esses ambientes digitais, segundo o autor, inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos que, através deles, são transmitidas informações de fontes digitais, ou seja, interconexão digital entre computadores ligados em rede. Nesse sentido, observando a crescente comunicação mediada por parte dos eletrônicos (computadores, smartphones, tablets e etc), o ciberespaço seria a relação entre os nós formados através desses eletrônicos, que integram os produtos e produtores de redes.

conseguem honrar com o calendário. O objetivo principal das reuniões/ discussões é atuação política local, acompanhamento jurídico dos temas relacionados ao mundo LGBTTT, troca de experiências individuais, cultura e prevenção em saúde.

Nos anos de 2020 as atualizações na página foram apenas de cunho-informativo a respeito de alguns eventos como a “Semana Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia 2020” em formato de Live no Youtube, matéria a respeito dos “Jovens LGBTTT e a pandemia de covid-19: quando a casa não é um porto de abrigo” e sobre a disponibilidade do “Uso do Nome Social no Enem” e de como proceder nessa solicitação, além de informativa o Lançamento do material para a população LGBT na prevenção do Coronavírus”. Já no ano de 2019, a página não fez nenhuma publicação, os anos de 2018 e 2017 foram os anos que mais possui publicações disponíveis a respeito das ações e leis destinadas a público LGBTTT.

Através de alguns comentários de usuários da página, percebemos que a maioria são pessoas de Grajaú-Ma parabenizando a atuação da Organização e as publicações que possuem mais engajamentos são as das ações da ONG, embora o coletivo não tenha uma estratégia de publicações para esta rede, ela disponibiliza o uso de troca de mensagens para seu público, além de deixar aberto para sugestões. A partir dessa análise e através das respostas dos interlocutores, vemos que as práticas de forma digitais podem ser compreendidas, como segundo Di Felice (2013), uma forma de cidadania e ativismo caracterizada pelos perfis digitais de coletivos e movimentos, onde a interação entre sujeitos, grupos e entidades com as tecnologias de informação, o acesso a banco de dados, as redes informativas e as diversas interfaces utilizadas constroem uma rede de forma colaborativa (DI FELICE, 2013, p.55).

Nesse caso, a disponibilidade de outras redes, como o *Instagram*, que atualmente é mais o usado pelos jovens de acordo com o *report da We Are Social e da Hootsuite*, o Insta passou a ser a 3ª rede social mais usada no Brasil em 2022, com 122 milhões de usuários e tem como finalidade o compartilhamento de fotos e vídeos em sua plataforma. Tanto o facebook quanto o Instagram possuem esse objetivo de compartilhamento de informações aos usuários e essa aproximação pode ser desenvolvida através de debates até por meio da “#”²³ e de palavras-chave, a cada ano a plataforma possui funções com intuito de alcançar mais usuários, como por exemplo, a do compartilhamento de vídeos maiores de até 60 minutos.

²³ De acordo com PEREIRA (2021) o usuário pode marcar suas fotos com hashtags, palavras-chave antecedidas pelo caractere “#” e que se relacionam a alguma temática ou informação relevante (OLIVEIRA, 2014, p. 6). Esta aproximação de usuários nos traz outra informação relevante para esta pesquisa, pois a internet, como um espaço em rede, permite que essas conexões, trocas de informações e compartilhamentos para possíveis discussões e participação, na proporção que ela oferece por meio dessas hastags “#” e de palavras-chave.

Outra plataforma digital que possibilitou a conexões de diversas pessoas durante a pandemia, foi o uso do *Google Meet* como ferramenta de ensino e aprendizagem, isso possibilitaria uma vasta interatividade, além de promover atividades colaborativas que poderiam agregar também as realizações da reunião da organização. Contudo, embora essas redes tenham expectativas positivas, é necessário enfatizar que nem todos os atores possuem acesso à internet e as plataformas digitais, então, é necessárias diversas estratégias em diversos meios alcançar os sujeitos.

5. ARTICULAÇÕES POLÍTICAS: UMA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT'S PARA GRAJAÚ - MA

O surgimento das organizações não governamentais se caracteriza pelo anseio de autonomia em relação ao Estado, a busca por meios financeiros e a urgência de manter uma estrutura para ampliar projetos estratégicos como ação para os movimentos, esse modelo de organização social integra o que pode ser chamado de Terceiro Setor. Segundo Facchini (2005) as ONGs possuem sua relevância política no cenário nacional, pois, se constituíram em projetos delimitados de atuação, desse modo, ressaltam o “direito à diferença sexual” nas demandas e solicitações dos atores da sociedade civil.

O movimento de ONGs destaca as lutas no âmbito legislativo, judiciário e por visibilidade identitária. No legislativo, determinam ações destas organizações a fim de priorizar busca por legitimidade e políticas públicas, ou seja, na construção de direitos civis e sociais; já no judiciário, lutam pela condenação da homofobia e discriminação. Assim como, acesso aos direitos, dessa maneira, desenvolve-se uma busca por visibilidade e isso gera um processo de transformação social tanto nas lutas pelos direitos civis ou sociais, cabe destacar também a luta contra a intolerância, violência e etc.

De acordo com Aragusuku, H. & Lopes, M. (2018) podemos afirmar que há um avanço significativo da sociedade brasileira em relação as “sexualidades desviantes”, sobretudo, por meio dos avanços do movimento LGBTTT nas disputas públicas e no âmbito político nacional. Há exemplo, a criação em 1995 da primeira entidade nacional de organizações LGBTTT, a ABLGT, o disque defesa homossexual no município do Rio de Janeiro em 1999. Enquanto as esferas socioculturais, evoluem de maneira significativa desde os anos 90, a partir da luta pela construção de uma ideia mais positiva da homossexualidade pós-epidemia de AIDS, e a

estabilização e ampliação do “*mercado GLS*”, logo com o início das paradas LGBTT e a visibilidade dos meios de comunicação.

Nesse ponto, podemos evidenciar que a partir da entrada nos anos 2000, nasce a consolidação de novas relações entre o Estado brasileiro e as populações LGBTT, o reconhecimento governamental de políticas de direitos humanos e expansão da cidadania para essa população surge de forma um pouco “moderada” como os autores mencionam na gestão FHC (1995-2002)²⁴ e tem sua implementação de programas governamentais e políticas públicas com envolvimento direto dos movimentos durante o Governo Lula (2003-2010), incentivando alterações na maneira de como o poder público intervém com a cidadania sexual no país, assim como, nos diferentes níveis: municipais, estadual e federal do Estado Brasileiro (ARAGUSUKU; LOPES, 2016; MELLO; MAROJA; BRITO, 2010) essas transformações ocorreram principalmente pelas contingências sociopolíticas contemporâneas no panorama internacional.

Como apontado, há ação por políticas públicas por meio do legislativo em torno dos direitos civis e sociais da comunidade LGBTT como o projeto de lei que garante a união civil²⁵ pessoas do mesmo sexo, aprovado na comissão Especial da Câmara dos Deputados em 1996, isso trouxe uma grande visibilidade na questão parental e busca por adoção também por parte dos casais homoafetivos. Recentemente, em junho de 2019 o STF concluiu os julgamentos das ações apresentadas pelo Partido Popular Socialista (PPS) e pela ABGLT que requeriam a criminalização da violência e discriminação contra pessoas LGBTT, sendo assim, o STF determinou a criminalização e reconheceu a LGBTTfobia como crime de racismo²⁶ até o Congresso Nacional determinar uma legislação específica a respeito. Assim, é notória a forma

²⁴ Em 1996, por meio do decreto assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, instituiu-se o I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I). Na seção sobre as propostas de ação governamental de “proteção do direito a tratamento igualitário perante a lei Direitos Humanos, Direitos de Todos”, o programa institui a seguinte ação a ser cumprida em curto prazo: Propor legislação proibindo todo tipo de discriminação, com base em origem, raça, etnia, sexo, idade, credo religioso, convicção política ou orientação sexual, e revogando normas discriminatórias na legislação infraconstitucional, de forma a reforçar e consolidar a proibição de práticas discriminatórias existente na legislação constitucional (BRASIL, 1996).

²⁵ O Projeto de Lei 1.151 estabelece que a união civil entre pessoas do mesmo sexo constitui-se mediante registro em livro próprio nos Cartórios de Registro Civil. Desta forma, o projeto estabelece que o estado civil não pode ser alterado na mediante ao contrato.

²⁶ Portanto, a partir da decisão, quem ofender ou discriminar gays, lésbicas, bissexuais ou transgêneros está sujeito a punição de um a três anos de prisão, prevista na Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Na análise do STF, violência LGBTTfóbica se inclui dentro da legislação antirracismo. A partir dessa decisão, o sistema judiciário já pode usar essa tipificação aplicada as violações cometidas contra pessoas LGBT+ em função da sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ainda há muitos entraves nessa decisão, de acordo com o site “É crime, sim. E agora?” as polícias, delegacias, órgãos de justiça precisam estar preparados para esse tipo de caso, sobretudo, recomenda-se campanhas de conscientização e canais de denúncias. Disponível em: <https://www.seguranca.alloutbrasil.org/?fbclid=IwAR3mCNxvDTAimfHNNrIiXYqzRMjwJ7CoBm4Rj1htrdUJMTIuiOVVE8E65M>

como o movimento conseguiu depois de muita luta se inserir na agenda política nacional, isso deixa claro a necessidade de legitimação dos novos direitos. Dessa forma, é relevante pontuar que os aspectos das organizações e movimentos que abrangem a comunidade LGBTTT surgem por meio de uma mobilização e representação com viés identitário de sexualidade, a luta por direitos, como ressalta Facchini (2005) a homossexualidade, ganha as ruas e se estrutura como movimento social organizado por meio de variadas orientações identitárias, assim, tornam-se evidente os estilos e um amplo guarda-chuva da homossexualidade.

As lutas dessas organizações/movimentos demonstram uma construção de cidadania brasileira, questionando principalmente seus simbolismos por meio de um modelo de família, por exemplo, que sempre foi associado aos sexos opostos. Essas lutas trazem significância para garantia de igualdade de direitos e deveres entres cidadãos que também são legítimos, como salienta Fraser (2001, p. 246), “há de se estabelecer o “delineamento da programação dos diversos movimentos em torno de uma política cultural da diferença que possa ser coerentemente combinada com a política social de igualdade.” Assim, essa cidadania refere-se a imaginação e a prática, por meio das diversas configurações, desenvolvendo uma compreensão do que foi entendido como direito civil, direito político e direito social. Portanto, ressalta-se essas mobilizações e articulações nas políticas um compromisso com a população LGBTTT, e assim cria-se as articulações políticas por intermédio dessas organizações e movimentos/ ativistas. A respeito dessas articulações, entendo enquanto atividades desenvolvidas e executadas pela coordenação política através dos órgãos, sejam eles de forma nacional, estadual ou municipal, isto é, articular a relação entre as organizações da sociedade civil e o Poder Público.

Desta maneira, encaminhar o relacionamento desses segmentos para com os poderes da União, do Estado e dos partidos políticos atuantes. Isso posto, no que diz respeito às Organizações Não Governamentais associadas a comunidade LGBTTT estas tencionam segmentos participativos da sociedade que incluam uma atual configuração de políticas sociais que possam produzir estratégias amplas de enfrentamento para atingir o interesse da população e das instituições para suas ações.

A cidadania moderna permite às pessoas um conjunto de características em que essas podem tomar de novo para si o estabelecimento da cidadania, da mesma forma que permite um lugar nos debates para o Estado. Enquanto temos como exemplo a estrutura da promoção do Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004) quanto do “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT” (BRASIL, 2009) por meio dos documentos que foram consequência de diálogos realizados por meio do Estado e instituições nacionais como

ABGLT e ANTRA, e entidades estaduais. Nos anos 2000, os marcos principais no âmbito das ações do Poder Executivo voltadas para a população LGBTT de acordo com Mello; Avelar e Maroja (2012, p.408) são:

Criação do "Brasil Sem Homofobia (BSH) - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual", em 2004; realização, em 2008, da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema "Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)"; lançamento do "Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (PNDCDH-LGBT), em 2009; e publicação do decreto que cria o "Programa Nacional de Direitos Humanos 3" (PNDH-3), em 2009.

Sendo assim, a cidadania na prática real é capaz de estabelecer pelo Estado um direito social, civil e político, no caso do Brasil, temos uma alteração política na maneira de como a luta política LGBTT foi estruturada após 1980, segundo Hutta (2010) enquanto a primeira onda entre 1970 e 1980- do Movimento LGBTT brasileiro, a prática central vivenciada pela comunidade LGBTT, segundo a militância de 1980 a articulação estava cada vez maior com os governos, com intuito de ampliar as alianças e contribuindo para construção das políticas efetivas, como mencionados anteriormente.

Dessa forma, torna-se necessário, apontar as questões centrais e sinalizar as posições de força e vulnerabilidade na forma como o governo, a sociedade civil e outros atores sociais vem enfrentando esses desafios de direitos sexuais e de cidadania para pessoas LGBTT que ainda são vistas como sujeitos não legítimos para reivindicar direitos na arena política, debater a questão dos direitos e políticas públicas para comunidade LGBTT implica obrigatoriamente em modificações no que diz respeito aos costumes, moral e padrões sexuais estipulados e enraizados tradicionalmente na sociedade brasileira. Com a ausência de cidadania para essa definida parte da população e problemática enfrentada cotidianamente, ainda assim é um desafio grande alçar grandes conquistas e mudanças nos âmbitos político e jurídico brasileiro.

Sampaio e Araújo Jr (2006) salientam que “a política em si se caracteriza como o diálogo entre a sua formulação e sua implementação, isto é, a interação entre o que se propõe desempenhar e o que se realmente executa” (p.341). A caracterização de políticas públicas deve ser entendida, ainda, na concepção através das quais “os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” tendo consequências no curto prazo, porém possuindo como horizonte temporal primordial relevante o longo prazo. Isto posto, entramos ao debate acerca dos desdobramentos das políticas públicas

para a população LGBTTT no Brasil, ponderando as políticas disponíveis a nível nacional, regional e municipal, consideramos que as políticas públicas realizam um relevante papel na manutenção e/ou superação das opressões de gênero e sexuais presentes.

Dessa forma, não há como pensar políticas públicas para âmbitos ou área da via social sem a consolidação de determinadas iniciativas, como enfatiza Mello e Maroja (2010) tais aspectos podem ser sintetizados em cinco pontos: um poder jurídico que ampare a formação de política pública, esclarecendo a necessidade de proteção dos direitos de um determinado grupo/segmento populacional específico ou de atenção prioritária a uma área da vida social: educação, saúde e previdência social.

Seguido de um programa e/ou plano que traga: princípios, diretrizes, objetivos, metas e estruturas claras para que orientação da formulação, implementação, monitoramento e a avaliação das ações, deve estar relacionado - a um órgão responsável para que ocorra a mediação da elaboração e execução das políticas voltadas para intersetorialidade e transversalidade das ações. Em síntese, o acompanhamento de um conselho constituído por representantes da sociedade civil e do governo, sendo estes responsáveis pelo controle social do programa/plano a fim de concretizar as políticas públicas recomendadas, por fim, a dotação orçamentária que garanta a execução propostas no determinado programa/plano.

Quanto ao Programa Brasil Sem Homofobia foi difundido em novembro de 2004, por meio da ação “Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra homossexuais associadas ao “Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos” no setor de Direitos Humanos, através da Presidência da República, assim, define-se como responsável pela sua implantação, bem como articulação e avaliação. Temos no programa de governo de Lula (2007-2010) já sua explicitação em garantir os direitos das pessoas GLBT “por meio da equiparação de direitos e à discriminações homofóbicas, respeitando a especificidades de cada um desses grupos populacionais” (CONSELHO, 2004, p.11), assim, as propostas do BSH em diversos órgãos do Governo Federal, principalmente na Secretária de Direitos Humanos passassem a ter uma certa notoriedade.

O BSH prevê 60 ações, distribuídas em onze áreas, envolvendo oito secretarias e ministérios, voltadas para fortalecimento de instituições públicas e não governamentais de “promoção da cidadania homossexual” e combate à homofobia; capacitação de profissionais e representantes do movimento LGBT; divulgação de informações sobre direitos e promoção da autoestima; e incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT. Além disso, os três princípios fundamentais que estruturam o BSH são: a) inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual⁹ e de promoção dos direitos humanos de LGBT, nas políticas públicas e estratégicas do Governo Federal; b) produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas destinadas ao combate à violência e à discriminação por orientação sexual; e c) entendimento de que o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos

de homossexuais¹⁰ é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (BRASIL, 2008a, p. 11-12). O BSH prevê a definição, a posteriori, de indicadores e a realização de avaliações anuais, envolvendo representantes do Governo Federal e de organizações LGBT e de defesa dos direitos humanos. Até onde temos conhecimento, tais indicadores nunca foram definidos e o trabalho de avaliação ainda está por ser realizado.

O BSH contou com a presença do movimento LGBTTT em sua elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do programa de acordo com Irineu; Froemming & Navas (2010) após 05 anos de lançamento do BSH, a sua execução enfrentou diversas dificuldades, principalmente, em relação as políticas macros, as ações executadas contam com o apoio de projeto de ONGs, ativistas, capacitação de militantes, criação de núcleos de pesquisa em universidades, projetos de capacitação de professores e programas na área da saúde e prevenção de DST/AIDS, bem como, a criação de centros de referências. No entanto, diversos coletivos LGBTTT e órgãos governamentais seja estadual e municipal teceram críticas ao programa por falta de sua efetividade, argumentando que o programa é visto como “ideologia boa”, porém, quando se tratavam de sua atuação e implementação em alguns ministérios não ocorriam avanços, nem planejamentos.

Dentre da agenda do BSH o governo decretou a efetivação da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” denominada como “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais” realizada em junho de 2008 com principais pautas: “I- propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais-GLBT e II – avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia”. A pauta dirigida nas conferências diz respeito principalmente para exposições de grupos de trabalho voltados para diversos eixos como: educação, saúde, previdência social, turismo, trabalho e emprego, dentre outros, sendo aprovadas para a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTTT.

Em aspectos gerais, a conferência destacou a importância da ampliação do BSH com o objetivo de implementar o programa nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em suas três esferas de governo Federal, Estadual e Municipal, para que se torne uma Política de Estado²⁷ desenvolvendo sua divulgação no setor internacional (BRASIL, 2008, p.05). Nesse sentido, a luta era para o reconhecimento e compromisso do Estado com essas demandas para

²⁷ As políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

que o Executivo, por meio das políticas públicas contemplem a comunidade LGBT. Nesse sentido, ressalta-se na conferência:

14. Assegurar nas políticas públicas, a inserção da defesa dos direitos da população LGBT na luta dos demais grupos historicamente estigmatizados em função de sua origem geográfica, etnia, raça, condição física e idade.

36. Criar o Plano Nacional de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia e de Promoção da Cidadania LGBT, com recursos garantidos por dotações orçamentárias (LOA/LDO/PPA).

72. Criar, por meio de Lei, a Secretária Nacional de Políticas Públicas para a população LGBT, visando o enfrentamento da homofobia, com as atribuições de elaborar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas para LGBT tendo como referência a execução do Programa Brasil sem Homofobia e o do Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. (BRASIL, 2009, p. 06-12)

Dessa forma, nasce o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (PNPCDH-LGBT, 2009) foi aguardado como o resultado da I Conferência Nacional LGBT se caracterizando como documento de referência para que existam as ações e diretrizes para a ampliação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Estado: tendo como princípios gerais e específicos:

3.1 Geral

Orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.

3.2 Específicos

3.2.1. Promover os direitos fundamentais da população LGBT brasileira, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal;

3.2.2. Promover os direitos sociais da população LGBT brasileira, especialmente das pessoas em situação de risco social e exposição à violência;

3.2.3. Combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Com direcionamento para combater a homofobia e permitir os direitos para esses atores discriminados em razão de sua orientação sexual/identidade de gênero, as ações estabeleceriam diretrizes destinadas a saúde, educação e trabalho, bem como, articulações com o Congresso Nacional para aprovar legislações de direito da família, criminalização da homofobia (IRINEU & OLIVEIRA, 2021). O plano foi construído por meio da equipe técnica de servidores dos ministérios, não tendo participação do movimento LGBTTT na sistematização, o que nos mostra que isso pode colocar os limites do processo de participação e controle social, apesar de compor em suas diretrizes a “participação social e monitoramento das políticas públicas para LGBT”, as avaliações e monitoramento das ações do plano, que na época do BSH esteve em conjunto LGBTTT, se limita agora ao poder público, a sociedade civil é “convidada” apenas para participar das reuniões de monitoramento:

Para dar suporte ao Grupo de Trabalho Interministerial (GT), será constituído o Comitê Técnico, composto Monitoramento da Casa Civil (SAM/ PR), pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, conforme o organograma [...] A sociedade civil, por meio de representação das entidades de LGBT, e a Frente Parlamentar Pela Cidadania LGBT participarão das reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial como convidada. (BRASIL, 2009, p. 41-2)

Sendo assim, de acordo com Irineu, Froemming e Navas (2010) ressalta esse compromisso do Estado com as demandas LGBTT nas políticas públicas. Logo, segundo os autores, isso pode remeter-se há um impedimento de participação e controle social das LGBTs nas políticas públicas que nesse primeiro momento não tinha definido especificamente uma monitoria mais precisa nessas estratégias. No entanto, o Plano LGBTT através do que era proposto na conferência, passa-se a incluir a como articulação, a ampliação da participação social e inclusão nos conselhos de políticas setoriais e criação de um Conselho Nacional LGBTT, sugerindo a criação destes, ou seja, passa-se a compreender a criação de conselhos setoriais representativos, também em nível estadual:

2.1.7. Fomentar a inclusão do tema LGBT na pauta dos conselhos nacionais de políticas setoriais. [...]

2.6.3. Criar o conselho nacional de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, garantindo paridade entre governo e sociedade civil, assegurando na representação da sociedade civil a paridade dos segmentos LGBT e o recorte de gênero, étnico-racial e considerando as dimensões geracionais, regionais e deficiências.

Irineu & Oliveira (2021), nos diz que a falta de dotação orçamentária e o marco legal estabeleceu inúmeras vulnerabilidades para a realização das ações. O plano, apresentou especificidades aos órgãos responsáveis para execução de cada ação, tal como, determinando prazos e competências, no entanto, não houve efetividades, nem mesmo recursos orçamentários para a utilização dos recursos consequentes de emendas de parlamentares, o que mostra a fragilidade da ação governamental (SOUZA, 2015). Dessa forma, existe essa necessidade permanente de avaliação, e quando viável, reformular as ações previstas, de maneira que possa viabilizar a realização da implementação das políticas, com uma explícita designação de prazos, recursos e atores responsáveis, o que significa a permanência de um permanente diálogo e atuação conjunto entre os formuladores e implementadores de políticas.

5.1 PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO

O Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão permite expandir informações e reivindicar do poder público a eficácia de implementação de programas, projetos para a população LGBTI+. A coleta de dados ocorre por meio de mídias virtuais e impressas, notificações de casos de LGBTfobia e uma formação de rede de referências através das ONGs, instituições públicas, privados e de ativistas. A partir do Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão²⁸, entendemos que o fortalecimento de grupos e ativismo LGBTT no estado passa a ser inseridos por meio da agenda governamental disponibilizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) permitiu que ativistas pudessem participar das instâncias deliberativas que ocasionassem movimentos sociais e formações.

O primeiro movimento de articulação de grupo LGBTT no estado é denominado como “Grupo Tibira”, dentre suas principais atividades podemos destacar: campanhas de prevenção contra HIV/AIDS, participações em conferências regionais e nacionais, estimulação para a organização de diversas instituições sociais LGBTT no Maranhão. O Grupo Gayvota também se destaca pela sua atuação nas atividades políticas do movimento LGBTT em São Luís e no estado do Maranhão, proporcionando o registro da 1º parada do Orgulho da capital, a criação do primeiro centro de referência LGBTT Janine Rhandall e a disponibilidade de assistência jurídica, social e psicológica.

No Maranhão, destaca-se a Parada do Orgulho LGBTT na capital São Luís, no qual o principal objetivo é ações estratégicas de promoção e defesa da dignidade da comunidade, bem como, diálogos, seminários, entre outras atividades, outros municípios que se destacam pelas paradas são: Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Caxias, Bacabal.

Ressalta-se a criação do Fórum Estadual de ONGs LGBTT do Maranhão no ano de 2005, com objetivo de articular, mobilizar, fortalecer as entidades da sociedade civil organizada para impulsionar nas decisões políticas apontando a prática de políticas públicas de promoção dos direitos humanos da comunidade LGBTT, bem como, do combate da LGBTIfobia. De acordo com o observatório os princípios da criação do fórum são regidos por meio:

cidadania plena, gozo de todos os direitos e deveres, ética, democracia, solidariedade, confiança, honestidade e transparência nas relações interpessoais e interinstitucionais na sociedade como um todo, respeito à dignidade e integridade de todos os seres humanos independente de posições ideológicas e/ou partidárias.
(OBSERVATÓRIO LGBTI+ MA- História do Movimento LGBTI no Maranhão, 2022)

²⁸ Disponível em: [Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão – Observatorio de Políticas Públicas LGBTI do Maranhao \(observatorio.orglgbtima.com.br\)](http://observatorio.orglgbtima.com.br)

O intuito é fortalecer o debate e projeto na esfera governamental para que ocorra a concretização de políticas em diversos âmbitos como na educação, saúde, vulnerabilidade, risco social, monitoramento para efetivação das legislações, atualmente vinte entidades são filiadas ao fórum:

Associação de Gays, Lésbicas e Profissionais do Sexo – AGLEPS (Caxias); Grupo Identidade (Bacabal); Grupo Pérola LGBT (Santa Helena/Turilândia); Grupo Estrelas dos Lençóis (Humberto de Campos); Grupo Passo Livre (Paço do Lumiar); Grupo Solidário Lilás (São José de Ribamar); Grupo Thebas (Raposa); Grupo Gay de São Domingos – GGSD (São Domingos do Maranhão); Grupo Liberdade, Liberdade (Cantanhede); Grupo Ladies de Ação e Apoio a LGBTQIA+ (Grajaú); Grupo Coletivo Nós (Governador Edson Lobão); Grupo Beija-flor (Itapecuru); Grupo Liberdade (Pedreiras); Grupo Gayvota (São Luís); Grupo LEMA (São Luís); Centro Drag (São Luís); União Nacional LGBT – UNA-LGBT (São Luís); Grupo MLÉSBIMA – Mulheres Lésbicas e Bissexuais do Maranhão (São Luís); AMATRA (São Luís); Instituto Raissa Mendonça – Casa FloreSer (São José de Ribamar).

(OBSERVATÓRIO LGBTI+ MA- História do Movimento LGBTI no Maranhão, 2022)

Nesse sentido, o panorama de Legislações Maranhenses disponível no Observatório nos permitiu identificar as legislações já em vigor no Estado e em alguns municípios, destacam-se:

Lei nº 8.444 de 31 de julho de 2006 “Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em virtude de orientação sexual, e dá outras providências”. Resolução CEDDH Nº 036/2006: Cria o Comitê Técnico pela Livre Orientação Sexual no âmbito da Comissão de Políticas Públicas e Orçamento Público do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão (CEDDH).

Resolução nº 242/2010 - Conselho Estadual de Educação/CEE: Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos de documentos escolares das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão.

Lei Nº 10.333 de 02 de outubro de 2015: Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Maranhão, e dá outras providências.

Lei nº 10.486 de 13 de julho de 2016: Dispõe sobre sanções administrativas aplicáveis em casos de discriminação em virtude da raça, sexo, cor, origem, etnia, religião profissão, idade, compleição física ou deficiência, doença contagiosa e não contagiosa, ou em razão de orientação sexual, no âmbito dos estabelecimentos comerciais situados no Estado do Maranhão.

Lei nº 11.021 de 14 de maio de 2019: Dispõe sobre o reconhecimento e direito do uso do nome social para pessoas trans nos órgãos da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

Lei nº 11.521 de 10 de agosto de 2021: Estabelece a notificação compulsória, em todo Estado do Maranhão, no caso de violência ou indícios de violência, contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), atendida em serviços de saúde públicos ou privados, e torna facultativo o uso de nome social nos boletins de ocorrências, quando for o caso.

DECRETO Nº 37.697, DE 6 DE JUNHO DE 2022.

Institui a Rede Estadual de Promoção, Defesa e Proteção e de Articulação de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e Queer, no Estado do Maranhão

Decreto N 3.712 (25/05/2022) – Institui e nomeia o grupo de elaboração do Plano Municipal para a Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQI+ de Passo do Lumiar

Lei Municipal N 886 (Paço do Lumiar – 18/10/2021) – Dispõe sobre a instituição e inclusão da “Semana da Diversidade LGBTQIA+” no calendário de eventos do Município de Paço do Lumiar, e das outras providências.

Lei Municipal N 483 (Cururupu – 27/05/2022) – Institui o Dia Municipal de Combate à LGBTfobia, a ser celebrado anualmente no dia 17 de maio, e dá outras providências.

(Observatório LGBTI do Maranhão, Legislação Maranhense, 2022)

Diante desse contexto temos a criação do Plano Estadual, este é instituído pelo Conselho de Estado de Direitos LGBTI+ do Maranhão contando com a contribuição da sociedade civil destacando as entidades presentes: Grupo Gayvota, Grupo Solidariedade Lilás, Grupo Identidade, Grupo Pérola de Santa Helena e Turilândia, Grupo Gay de São Domingos do Maranhão, Instituto Raissa Mendonça, Centro de Cultura Negra e a Associação de Gays, Lésbicas e Profissionais do Sexo (AGLEPS), disponibilizado na Plataforma Digital de Participação Popular do Maranhão (Participa Maranhão)²⁹, o plano é decenal e têm por objetivo conduzir as ações do Estado para elaboração e realização de políticas públicas dos direitos da comunidade LGBTI+ no Estado, evidenciando que essa população precisa de ações emergenciais para o recebimento de demandas voltadas para diversidade sexual e de gênero.

A princípio, o plano conta com o panorama da população LGBTI+ no Maranhão nos remetendo aos acontecimentos relacionados a população LBTT na capital do Estado, onde ocorreu o primeiro assassinato por crime de homofobia no Brasil durante o período de colonização francesa em que um grupo de padres da Ordem de Capuchinhos começaram a perseguir as expressões das sexualidades dos nativos Tupinambás que possuíam práticas sexuais que fugiam da norma europeia:

Ocorreu que em 1613, o padre Yves D’Évreux ouviu falar que havia um nativo tibirá na ilha e logo mandou os soldados franceses buscá-lo. “Tibirá foi o termo genérico Tupinambá alusivo a persona homoerótica que teve maior difusão entre os moradores do Brasil nos primeiros dois séculos de colonização” no Brasil (MOTT, 2013)

Por ordem do Capuchinho, os soldados foram em sua busca com o objetivo de “purificar a terra de suas maldades”. A maldade a qual se referiam tratava-se do crime de sodomia, relação sexual e afetiva entre dois homens. Nesse contexto, os soldados foram em busca do “selvagem” descrito como “iníquo, impuro, e imundo”, para que ele fosse julgado pela igreja cristão por suas “maldades” (...)

O nativo Tupinambá ainda tentou fugir pelo mato, mas foi capturado pelos franceses e por seus iguais. Ele foi amarrado da cintura a cima na boca de um canhão e explodido ao meio em uma cerimônia religiosa ocorrida no local que futuramente daria origem ao bairro Praia Grande no Centro Histórico de São Luís. De “mediato a bala dividiu o corpo em duas porções, caindo uma no pé da muralha, e outra no mar, onde nunca mais foi encontrado” (D’ÉVREUX, 2007, p. 250).

Apesar desse histórico, o Plano Estadual do Maranhão nos mostra que ainda há insuficiência de políticas públicas e ações governamentais para que essa população possua os

²⁹ Disponível em: <https://participa.ma.gov.br/plano-estadual-de-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbti>

devidos direitos em relação aos crimes de intolerância por orientação sexual e gênero. Os casos de LGBTfobia são crescentes no estado, com o total de 52 casos de violência letal de acordo com o Grupo Gay da Bahia – GGB entre os anos de 2012 e a 2019 e 17 casos de transfobia conforme a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA).

Posteriormente, o movimento LGBTT do Maranhão organizou-se em 2020 para criação de dados de violência letal no estado, nasce o “Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ no Maranhão” e os dados de acordo com o quantitativo disponível em relação aos registros da transfobia no Maranhão entre 2017-2021 são no total 25 casos, mostrando o maior número de vítimas, o município de Grajaú aparece em 7º lugar no ranking de violência letal em LGBTI+ por cidades no ano de 2021.³⁰

Nesse sentido, plano é criado para vigência decenal de (2022 a 2032) e possui princípios norteadores para conduzir o fortalecimento das políticas públicas destinadas à comunidade, para que haja um monitoramento e controle social com objetivo de generalizar os direitos no estado de maneira integral, sendo integralizada pelo domínio municipal e sociedade civil. Ou seja, ele possui essa viabilidade das ações para que os governos estaduais com apoio dos municípios consigam combater as desigualdades, discriminações, preconceitos e opressões que ocorre com a população LGBTT, essa forma, os princípios essenciais são oriundos da “diversidade, equidade, laicidade do Estado e das políticas públicas, justiça social” (Plano Estadual LGBTI+-MA, 2022) destacados abaixo:

- I – Dignidade da Pessoa Humana (inciso III do art. 1º da Constituição Federal);
- II – Igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e garantia da inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade (art. 5º da Constituição Federal)
- III – Respeito à diversidade de orientação sexual e promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação²
- IV – Direito à cidadania (inciso II do art. 1º da Constituição Federal);
- V – Direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência social (art. 6º da Constituição Federal);
- VI – Liberdade de manifestação do pensamento (inciso IV do art. 5º da Constituição Federal);
- VII – Laicidade do Estado: a pluralidade religiosa ou a opção por não ter uma religião é um direito que remete à autonomia e a liberdade de expressão, garantindo constitucionalmente;¹
- VIII – Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (inciso X do art. 5º da Constituição Federal). A Universalidade dos direitos humanos deve estar acima de qualquer quadro de discriminação e das variadas formas

³⁰ Importante ressaltar que a ONG Ladies aparece enquanto Instituição e Organização Colaboradora desse documento, disponível em: <https://observatoriolgbtma.com.br/docs/boletim-da-violencia-letal-lgbti-do-maranhao/>

de violência praticadas socialmente. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade humana.

Por isso, Mello e Brito (2012) ressaltam a importância das iniciativas que possam favorecer a criação de uma cultura política que vise a superação de preconceitos, discriminações e exclusões na esfera dos direitos sexuais, que atinge, sobretudo a população LGBTTT. Nessa circunstância, o reconhecimento das pautas LGBT's pelo Estado, como também, a promoção de valores e práticas em respeito a diversidade de orientações sexuais e identidades de gêneros, promovida pelos movimentos e organizações sociais, são dispositivos relevantes para que os diversos grupos sociais passem a ter uma ideia menos heteronormativa, e ampliando as perspectivas de uma criação de opiniões públicas favoráveis, até mesmo, para aprovação de leis que proporcionem a cidadania plena a população LGBTTT, como mostrados nas suas diretrizes:

O Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTI+ é fruto do compromisso do Governo Estadual com a implementação de políticas públicas, que contemplem ações de combate a LGBTfobia e de promoção da cidadania e dos direitos humanos. Tem como referência as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional e incorpora os resultados da III Conferência estadual realizada em dezembro de 2015 e estabelece as diretrizes e medidas necessárias à transformação do Plano Estadual de políticas públicas LGBTI+ em plano de ação da gestão pública. A Mudança no paradigma da garantia de direitos humanos à população LGBTI+, sobre tudo na efetivação da sua cidadania, apresentada na forma operacional deste plano, fundamenta-se nas seguintes diretrizes: a) Combater a discriminação por orientação sexual, identidade de gênero, raça e etnia no serviço público; b) Diferenciação dos conceitos de homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia; c) Promoção da denúncia de toda e qualquer atitude de discriminação à população LGBTI+; d) Enfrentar a violência doméstica e familiar contra gays, lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e transexuais; e) Prevenção e enfrentamento da vulnerabilidade social de adolescentes e jovens em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero; f) Garantir acessibilidade do cidadão LGBTI+ a todos os ambientes, inclusive os que prestam serviços públicos e privados; g) Intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação das políticas públicas: o enfrentamento a LGBTfobia requer ações integradas entre as áreas da gestão; h) Atuação sistêmica: articulação e integração das ações em todas as esferas de governo, nos três poderes, entre poder público, setor privado e sociedade civil organizada. (MARANHÃO, Plano Estadual LGBTI+, 2002, p.3)

Quanto aos eixos estratégicos, remete-se as temáticas centrais para diretrizes estratégicas do Governo, apresentando os fundamentos que facilitam a inserção das ações governamentais e cooperam para reconhecer as inter-relações das diversas áreas administrativas, determinando a ação, a instituição responsável, o prazo e orçamento estipulado. O plano estadual apresentam os seguintes eixos: Eixo I - políticas intersetoriais, pacto federativo, participação social e sistema estadual de promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a população LGBTTT destinados a implantar, implementar e instituir o Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTI+ a fim de “fomentar a criação e fortalecimento de instituição, grupos e núcleos de

estudos acadêmicos, bem como a realização de evento de divulgação científica sobre gênero, sexualidade e educação (...)” (Plano Estadual LGBT+-MA, 2022).

Já o Eixo II possui como âmbito a Educação e tem como princípio de ação: “Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na formulação e na implementação de ações que promovam o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero e colaborem para a prevenção e a eliminação da violência machista, sexista e LGBTfóbica” O eixo III estabelecer a política estadual de saúde integral da população LBTT, destina-se a saúde e têm a intencionalidade de promover conteúdos relacionados a comunidade LBTT com recorte étnico-racial, material didático utilizado nos processos de educação contínuo para os trabalhadores de saúde.

O eixo IV por sua vez, refere-se ao trabalho e renda tendo como escopo motivar a área empresarial para combater a discriminação contra a população LBTT no âmbito de trabalho e o já o Eixo Estratégico V diz respeito a cultura, turismo, esporte e comunicação em direitos humanos e tem como ação inicial capacitar o segmento LBTT para a elaboração e gerenciamento de projetos culturais e apreensão de meios para incentivo leis destinada a cultura, apoiar a agenda política do movimento e garantir a execução de jogos da diversidade do Maranhão, os eixos VI e VII destinam-se, respectivamente, a Segurança Pública, Sistema Penitenciário, Sistema de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBTI+ para garantir a custódia da pessoa LBTT conforme a sua identidade de gênero e orientação sexual manifestada quando no ato da prisão, garantir a formação continuada ao profissionais operadores/as e defensores/as de direitos humanos de LBTT, abrangendo também a sociedade civil , entre outras ações.

E o Eixo Estratégico VII diz respeito: Igualdade Racial e Juventude tendo como objetivo “promover ações de combater ao racismo e LGBTfobia para a juventude negra LGBTI+, capacitar os gestores/as e servidores/as públicos em questões que possam prevenir o racismo e a LGBTfobia e garantir em campanhas publicitárias do Governo do Estado a participação de mulheres transexuais e travestis negras e indígenas”, o plano ainda ressalta a importância do monitoramento e avaliação para sua melhoria, de forma que oriente as ações destinadas seguindo as determinadas vertentes:

- a) Criação do Comitê Gestor formado por Secretários (as) de Estado e representantes dos demais órgãos públicos, para garantir a efetividade do Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBTI+ na esfera governamental, bem como, a sua gestão, planejamento, monitoramento e avaliação;
- b) Construção coletiva, de forma ampla e democrática, de um instrumental que permita acompanhar de forma contínua e sistemática as ações nas secretarias de governo que executam o Plano Estadual de

Políticas Públicas para a População LGBTI+; c) Promoção e incentivo à elaboração de Planos Municipais de Políticas LGBTI+ que estejam em consonância com este Plano. Nos municípios onde existem planos municipais aprovados e em execução, recomenda-se atualizá-los, orientados pelos princípios e objetivos deste Plano Estadual; d) Definição e construção, de forma coletiva, de indicadores para subsidiar um padrão de relatórios a ser produzidos regularmente no marco do monitoramento e da avaliação do Plano em curto, médio e longo prazo, estabelecendo os mecanismos de divulgação e de controle social; e) O monitoramento será de forma sistemática, anualmente, através da construção e sistematização de indicadores, das análises de relatórios anuais de gestão da Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e do Conselho Estadual LGBTI+ e dos sistemas já instituídos nas políticas setoriais; f) Reordenamento das ações Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBTI+ em função da análise dos indicadores, dos resultados alcançados e das sugestões e orientações de correção de rumos; g) Atualização sistemática do diagnóstico sobre a população LGBTI+ envolvendo institutos de pesquisa, organismos internacionais com trabalhos desenvolvidos na temática, assim como as instituições educacionais, universidades e outras instituições públicas e privadas que trabalhem na temática; h) Realização de oficinas regionalizadas de interiorização, (re) planejamento, monitoramento e avaliação do Plano (MARANHÃO, Plano Estadual, 2022, p.47)

Nesse contexto, analisamos o Plano Estadual como uma adoção de políticas públicas de reconhecimento de modo não apenas eliminar as discriminações identitárias, mas também, como reparação de injustiças econômicas. O plano apresenta atuação viável para cada âmbito institucional, de modo a modificar os valores preconceituosos existentes e tornar possível a discussão na sociedade. Trata-se então, de uma concepção bidimensional, no qual as questões relacionadas trabalho/renda e a desigualdade, bem como, as noções culturais e hierarquia de estatuto, as políticas públicas destinadas permitem o acesso as condições básicas e a não marginalização da sua identidade sexual, dessa forma, entende-se que a subordinação de estatuto é preciso a paridade de participação determinando todos os membros da sociedade participem nas questões institucionais.

No entanto, a existência dessas legislações, bem como do plano, não anula o fato de ainda existirem desinformações e LGBTIfobia no estado e municípios, acredita-se que ainda falta estratégias determinadas para esse combate no Maranhão, ou seja, esquematizam ações e iniciativas, levantamentos, mas as políticas implementadas atuam de forma pontual em alguns municípios e/ou Estado, além de não serem administradas pela sistema federal e por não efetuem em todas as proporções estruturais de marginalização e exclusão. De acordo com o Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP) existe esse dever de diretrizes e suporte legislativo para permitir que o governo federal, Estados, municípios atuem de forma conjunta para assegurar a cidadania da população LGBTI+.

5.2 PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA E DIREITOS LGBT'S DE GRAJAÚ-MA

Partindo desse pressuposto, a ONG Ladies em outubro de 2017 abriu a oficina de elaboração da proposta de Plano Municipal de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos LGBT de Grajaú-MA junto com a Coordenação do Núcleo da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular- SEDIHPOP para mediar e prestar serviços sobre a diretrizes do documento, a organização divulgou o convite na rede social *Facebook* para convocar a sociedade para o desenvolvimento do, assim, o grupo se reuniu no CRAS – Canoeiro junto com o coordenador formava o núcleo LGBTTT da Sedihpop-MA Carlos Alberto Mendes foi mediador da elaboração. De acordo com Luciano, para a efetivação do plano, é necessário o envio para o setorial LGBTTT da secretária de direitos humanos e participação popular do governo no Estado que fornece um suporte para as ONGs do estado:

A partir da participação no Fórum de Ongs do Estado do Maranhão, nasceu o Plano Municipal de Políticas LGBTTS estamos sempre na construção desse plano, modernizando. Por conta da pandemia não nos reunimos, mas esse ano iremos no reunir em junho no mês de combate a LGBTFOBIA. O plano a cada dois anos precisa ser reformulado e através dos seminários eles irão reformular. A gente encaminha para lá e eles fazem o retorno, o retorno deles é: atualizar a legislação, é dizer o que o governo do Estado já tem de avanço que talvez que talvez o município não tenha, então a gente precisa está submetendo a essas instituições. Enquanto isso, atendemos as demandas que vão surgindo e vamos pontuando em documentos para quando o plano seja refeito, esse plano seja feito de acordo com a demanda atual, por exemplo, antes nós tínhamos legislação (2017), hoje nós já temos, em 2017 não tínhamos instituições na cidade, hoje já temos, por exemplo não tínhamos secretaria da juventude, nem da mulher, são mais uma para ajudar na nossa estratégia.
(Luciano Mendes, 2022)

Até o momento da entrevista, a proposta de Plano Municipal não foi reformulada, Luciano mencionou que a instituição estava trabalhando para fazer outra reunião para reformular a proposta de acordo com novas demandas e legislações vigentes no Maranhão que podem ser articuladas por algumas secretárias do município. Dessa forma, apresentaremos o plano sugerido em 2017, o documento dispõe de seis tópicos, sendo estes: Apresentação, justificativa, premissas, objetivos, ações propostas e considerações finais. De início, a instituição menciona que o Plano Municipal de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos LGBT de Grajaú-Ma é encaminhado a Prefeitura Municipal por meio das secretárias de assistência social e cultural objetivando definir o compromisso com os direitos da população LGBTTTT+ de Grajaú.

Este Plano será uma ferramenta de gestão indispensável para efetivar políticas públicas direcionadas a este segmento da população com a intenção de articular, junto às instituições governamentais e não governamentais, políticas públicas de promoção da igualdade Racial e de Gêneros no Município. Tem por finalidade planejar, coordenar e executar uma política, bem como articular e mobilizar as ações voltadas para garantir a igualdade de direitos a minorias, em articulação com instituições públicas e privadas, entidades do terceiro setor e outros segmentos da sociedade. Considerando-se a necessidade de estruturar, em âmbito local, diretrizes de ação voltadas ao combate à discriminação e à promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBT. As ações constantes neste Plano partem de propostas votadas e aprovadas pela ONG LADIES GRAJAÚ-MA, com base em planos oriundos de outros municípios adaptados à nossa realidade.

(Proposta de Plano Municipal de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos aos LGBT'S de Grajaú-MA, 2017, p.2)

Como justificativa, o plano apresenta que no Brasil é possível observar diversos avanços por meio da legislação e garantia dos Direitos da população LGBTT, no entanto, ainda assim o país permanece no Ranking de violência ³¹ contra a essa comunidade, nesse sentido, a proposta possui como principais fundamentos a reafirmação e ampliação do compromisso da Prefeitura para a promoção e defesa dos direitos LGBTT, além de avaliar e propor recomendações e promoção da igualdade. Quanto aos objetivos, estabeleceram-se as necessidades da comunidade, como:

- I. Promover, acompanhar e avaliar a Política Municipal de Promoção da Cidadania LGBT, de forma a garantir a efetividade deste Plano;
- II. Promover os direitos fundamentais da pessoa LGBT: inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos dispostos no artigo 5º da Constituição Federal;
- III. Implementar ações governamentais, promovendo as articulações entre órgãos municipais, bem como, entre estes e as organizações da sociedade civil, que tratem da temática da política municipal LGBT;
- IV. Promover a cooperação da sociedade, da família e do município na promoção da autonomia, participação e integração da pessoa LGBT;
- V. Promover, através da administração pública municipal, o direito à educação; aos direitos humanos, justiça e cidadania; à saúde; ao trabalho e geração de emprego e renda; ao esporte e lazer; à cultura; ao turismo; à segurança pública; à habitação e comunicação social focadas ao setor;
- VI. Promover ações de prevenção e educação para o enfrentamento do preconceito, discriminação e violência motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero;
- VII. Ampliar o acesso da pessoa LGBT aos direitos sociais, a fim de garantir o atendimento pelas políticas públicas;

³¹ Embora o plano seja apresentado a partir das perspectivas do ano 2017, pouca coisa mudou, segundo agências internacionais de direitos humanos, mais da metade dos LGBTT+ assassinados no mundo ocorrem no Brasil (WAREHAM, Murder LGBT, 2020). De acordo com o Observatório de Mortes e violências LGBTT no Brasil, “apesar dessa redução da violência letal observada nos dois últimos anos, devemos pontuar que tais mortes cresceram incontrolavelmente nas duas últimas décadas: de 130 homicídios em média em 2000, saltou para 260 em 2010, subindo para 357 nos últimos quatro anos. Durante os governos de FHC mataram-se em média 127 LGBTT por ano; na presidência de Lula 163 e no governo Dilma 296, sendo que nos dois anos e 4 meses de Temer, foram documentadas uma média de 407 mortes anuais, caindo para 283 a média nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. Enquanto nos Estados Unidos, com 331 milhões de habitantes, mataram-se no ano passado 38 transexuais, no Brasil, com 212 milhões, foram assassinadas 118 trans.”. Disponível em: [Dossiê 2020 – Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil \(observatoriomorteseviolencliaslgbtbrasil.org\)](https://observatoriomorteseviolencliaslgbtbrasil.org)

- VIII. Trazer para nosso município e desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidades e de tratamento às pessoas LGBT;
 - IX. Estimular a participação das pessoas LGBT nos conselhos municipais, por meio das suas organizações representativas;
 - X. Possibilitar e apoiar o planejamento de ações de curto/médio/ longo prazos, com metas exeqüíveis, objetivos claros, estratégias para aferição de resultados e garantia de continuidade a serem definidas através de Decretos.
- (Proposta de Plano Municipal de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos aos LGBT'S de Grajaú-MA, 2017, p.4)

Nessa perspectiva, a ONG Ladies propõe uma série de ações para cada secretária do governo municipal de maneira *intersetorial*, essa *intersetorialidade* apresenta-se quanto uma estratégia política que tem como finalidade tornar possível o compartilhamento de informações entre diversos setores da sociedade, ensaiando o conseguimento dos objetivos comuns, logo, a interação entre os âmbitos que atuam em uma política específica, alinham suas metas e tratam de torna possível dentro uma arena, ações organizadas e direcionadas para a utilização dos recursos e resultados esperados, na proposta, as ações são determinantes para que se estrutura a proteção sociais e alterações nas relações, sejam sociais ou culturais da cidade para que se tenham o reconhecimento da comunidade LGBTT enquanto cidadãos que possuem também seus direitos, assim, propõe-se:

- I. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:** Diretriz: Combater a LGBTfobia institucional no âmbito da PMG, por meio de ações educativas.
 - a. Garantir o respeito ao uso do nome social de travestis, transexuais e transgênero em todos os órgãos da PMG.
 - b. Promover ações de divulgação e valorização das pessoas LGBT através das datas representativas como: Dia da Visibilidade Trans (29/01); Dia Mundial e Municipal Contra a Homofobia (17/05); Dia Internacional do Orgulho LGBT (28/06); Dia da Visibilidade Lésbica (29/08).
 - c. Realizar a Conferência Municipal de Políticas e Promoção da Cidadania LGBT a cada 4 anos.
 - d. Garantir a criação e o funcionamento de um Conselho Municipal LGBT, para diálogo constante.
- II. **EDUCAÇÃO:** Diretriz: implantação de políticas públicas educacionais que promovam uma educação inclusiva e laica, com linguagens e formatos acessíveis e adequados às temáticas LGBT, tendo como estratégia o enfrentamento a todas as formas de preconceito e discriminação de gênero e orientação sexual sem apologias.
 - a. Desenvolver, estimular, apoiar estudos, pesquisas, publicações e debates sobre as temáticas referentes à orientação sexual e identidade de gênero.
 - b. Incluir o uso do nome social das/dos travestis, transexuais e transgêneros nos registros escolares da rede municipal e respeitar o uso de banheiros e uniformes conforme sua identidade de gênero, independente do registro civil da pessoa.
 - c. Promover sensibilização e formação dos(as) profissionais de educação, bem como da comunidade escolar, sobre diversidade sexual e cidadania LGBT.

- d. Produzir e divulgar pesquisas referentes à situação da pessoa LGBT no ambiente escolar, como evidência científica.
- e. Formular programas de mediação de conflitos, que envolvam educadores (as), alunos (as), pais, mães e comunidade escolar, como estratégia de combater o bullying e a violência escolar, principalmente aquela motivada por preconceito e discriminação em relação à orientação sexual e de identidade de gênero.
- f. Fomentar a realização da Semana da Diversidade nas escolas municipais, como estratégia de difusão da temática LGBT e redução da LGBTfobia.
- g. Garantir que a escolha dos livros do acervo das bibliotecas municipais e das escolas públicas municipais, linguagem e suas tecnologias promovam o reconhecimento da diversidade de orientação sexual, de identidade de gênero e os novos arranjos familiares.
- h. Identificar e combater as situações de violações dos direitos humanos das pessoas LGBT que integram a comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino.
- i. Propor, mapear e assegurar ações educacionais inovadoras desenvolvidas em defesa da promoção da cidadania LGBT.
- j. Criar indicadores para a avaliação e monitoramento do ingresso, permanência e evasão das pessoas LGBT na Rede Municipal de Ensino.

(Proposta de Plano Municipal de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos aos LGBT'S de Grajaú-MA, 2017, p.5-6)

Já em relação aos âmbitos da Saúde e Assistência Social, respectivamente, a organização propõe promoção de saúde integral para as pessoas LBTT, seja em acesso ou prestação de serviço, para que se tenha a integração da orientação e identidade de gênero, a partir da Política Nacional de Saúde Integral LGBT³² e a garantia de direitos humanos e cidadania plena abrangendo a vulnerabilidade social, privação de direitos e permitindo que esse grupo tenha acesso a saúde, educação, moradia, assistência social e segurança pública de maneira que respeitável. Quanto as ações para essas esferas, destacamos:

- a. Promover respeito ao uso do nome social de travestis, transexuais e transgêneros no Cartão SUS, prontuários, fichas de atendimento e sistemas de banco de dados de saúde.
- b. Criar, adequar e viabilizar o funcionamento de ambulatórios municipais para travestis, transexuais e transgêneros, visando a descentralização dos serviços de saúde, garantindo a dotação orçamentária específica.
- c. Normatizar procedimentos de saúde, no que tange à municipalidade, quanto ao processo transexualizador.
- d. Capacitar profissionais de saúde e o corpo administrativo das unidades de saúde para o entendimento das questões referentes à saúde mental da pessoa LGBT, frente às suas vulnerabilidades específicas, promovendo o acesso à saúde mental, com atendimento multidisciplinar específico.
- e. Criar Centros de Testagem e Aconselhamento de DST/HIV/AIDS nos Distritos Sanitários, com garantia de atendimento, inclusive no período noturno, por meio de serviço itinerante, possibilitando o acesso dos (as) profissionais do sexo.

³² O Ministério da Saúde apresenta a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, e pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), conforme Resolução nº 2 do dia 6 de dezembro de 2011, que orienta o Plano Operativo de Saúde Integral LGBT. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

f. Desenvolver ações de conscientização e prevenção junto aos (às) profissionais do sexo, disponibilizando preservativos e gel lubrificante em áreas específicas da cidade, de modo a colaborar com a prevenção das diversas doenças sexualmente transmissíveis.

g. Capacitar as equipes multiprofissionais de saúde, considerando as especificidades dos (as) profissionais do sexo, potencializando o acesso destes (as) aos métodos de prevenção de doenças e o acompanhamento aos riscos envolvidos, provendo o atendimento humanizado.

h. Implementar os quesitos “Orientação Sexual”, “Identidade de Gênero” e “Nome Social”, por autodeclaração em todos os prontuários, fichas de atendimento e sistemas de banco de dados da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo o reconhecimento dos novos arranjos familiares nos programas e serviços de saúde.

i. Fomentar a produção, difusão de conhecimento, pesquisas e estudos sobre a situação, necessidades e especificidades da saúde da pessoa LGBT.

(...)

a. Implementar e fomentar ações de combate a toda e qualquer manifestação discriminatória ou desrespeitosa, praticada contra qualquer cidadão (ã), em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

b. Garantir o direito à liberdade de acesso em espaço público, em especial o uso de banheiros, para travestis, transexuais e transgêneros, de acordo a identidade de gênero assumida por cada pessoa, independentemente do registro civil.

c. Promover o acesso das entidades LGBT aos processos de regularização para aquisição do Título de Utilidade Pública Municipal, sobretudo na obtenção das certidões comprobatórias.

d. Incluir a temática LGBT nas formações destinadas aos (às) servidoras que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social(CRAS) e Centros de Referência Especial de Assistência Social(CREAS), como estratégia de enfrentamento à LGBTfobia.

e. Promover, junto aos Conselhos Tutelares, ações de apoio aos adolescentes e jovens LGBT que estejam em situação de violência doméstica, física e psicológica por sua orientação.

f. Promover estratégias de apoio e abrigo para adolescentes e jovens LGBT expulsos de casa em situação de violência doméstica, física e psicológica.

g. Promover o reconhecimento de todos os arranjos familiares nos programas geridos pela PMG, em especial na área de assistência social.

h. Regulamentar o uso do nome social em todas as instâncias do município conforme Lei nº 7.859/2010.

i. Qualificar, de forma contínua, servidores (as) e agentes públicos da PMG no atendimento à pessoa LGBT.

j. Promover ações itinerantes do Centro Municipal de Referência LGBT, objetivando maior abrangência do serviço.

k. Analisar, atualizar e propor a alteração do Lei nº 5275/1997 que institui penalidade à prática de discriminação em razão de opção sexual.

l. Articular parcerias com e a Defensoria Pública e/ou Ministério Público para assistência jurídica e acompanhamento de pessoas LGBT em situação de violação de direitos, especialmente aquelas em privação de liberdade.

(Proposta de Plano Municipal de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos aos LGBT’S de Grajaú-MA, 2017, p.7-8)

Mais adiante, o documento menciona os âmbitos de habitação, comunicação, segurança pública, cultura, turismo, trabalho, emprego e renda, esporte e lazer, todos apresentando diretriz que garantam benefícios e promoção de enfrentamento à intolerância aos sujeitos LGBTT. Quanto a isso, ressaltamos as seguintes diretrizes:

V. **HABITAÇÃO:** Diretriz: Garantir que os critérios de concessão de benefícios habitacionais respeitem as especificidades das pessoas LGBT, especialmente para travestis, transexuais, transgêneros, assim como a inclusão destes em programas de famílias homo parentais e casais em união estável.

VI. **COMUNICAÇÃO:** Diretriz: Promover campanhas e ações publicitárias que estimulem o respeito, a cidadania e enfrentamento à intolerância às pessoas LGBT, a serem veiculadas nos principais meios de comunicação, em locais públicos de grande circulação e em eventos culturais promovidos pela PM

VII. **SEGURANÇA PÚBLICA:** Elaborar o mapeamento dos principais pontos onde ocorrem crimes de intolerância às pessoas LGBT, promovendo parcerias entre os órgãos de segurança pública competentes e realizando ações de combate a violência nessas localidades

VIII. **CULTURA:** Diretriz: criação de políticas públicas que fomentem o turismo e a cultura LGBT, contemplando atividades turísticas e culturais, eventos, apresentações públicas, manifestações culturais que favoreçam e valorizem a diversidade, promovam o conhecimento e reconhecimento dessa cultura no processo de enfrentamento ao preconceito e à discriminação para construção da sociedade mais igualitária e justa.

IX. **TURISMO:** Diretriz: Coibir a discriminação de cidadãos LGBT durante a estadia, garantindo direito à hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares

X **TRABALHO, EMPREGO E RENDA:** Diretriz: implementação de Políticas Públicas de incentivo ao trabalho, emprego e renda com respeito e reconhecimento da diversidade, orientação sexual e identidade de gênero

XI. **ESPORTE E LAZER:** Diretriz: políticas públicas que promovam a socialização, esporte e lazer, favorecendo a inclusão das pessoas LGBT em espaços públicos, práticas esportivas, recreativas e integrativas, tendo como finalidade o acesso e integração do segmento LGBT, no âmbito de seus direitos.

(Proposta de Plano Municipal de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos aos LGBT'S de Grajaú-MA, 2017, p.10-11)

A ONG em outubro de 2020 foi recebida pelo atual prefeito Mercial Arruda do partido Movimento Democrático Brasileiro-MDB para discutir sobre o “*Termo de Compromisso pela cidadania plena*” que inclui os Prefeitos e Vereadores para firmarem compromisso em defesa dos direitos humanos da população LGBTI+. ³³Dentre as diversas propostas, destacamos a promoção de esforços para aprovar projetos de lei de garantia, defesa, promoção e proteção da cidadania dos direitos humanos de LGBTI+ como: utilização do nome social de travestis e transexuais por os órgãos da administração pública municipal direta e indiretamente, instituir datas comemorativas alusivas à promoção da cidadania LGBTI+, há exemplo: dia do orgulho LGBTI+, dia da visibilidade das lésbicas, bissexuais, dentre outros. Segundo o observatório de políticas públicas do Maranhão, tal como, o site de transparência do município, não há nenhuma legislação específica para essa comunidade. Vale ressaltar, que no Maranhão apenas os municípios de Paço do Lumiar, Santa Inês e Cururupu possuem alguma diretriz efetuada pelo executivo, dentre elas:

Lei municipal nº 886 (paço do lumiar – 18/10/2021) – dispõe sobre a instituição e inclusão da “semana da diversidade lgbtqi+” no calendário de eventos do município de paço do lumiar, e das outras providências.

³³ Sigla usado no Termo de Compromisso

Lei municipal nº 483 (cururu – 27/05/2022) – institui o dia municipal de combate à lgbtfobia, a ser celebrado anualmente no dia 17 de maio, e dá outras providências.
 Declaração de utilidade pública 2006 – movimento gls de santa inês
 Decreto nº 3.712 (25/05/2022) – institui e nomeia o grupo de elaboração do plano municipal para a promoção da cidadania e direitos humanos lgbtqi+ de passo do lumiar
 (Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ no Maranhão, Legislação Maranhense, 2022)

Dessa forma, quanto as execuções dessas ações propostas no plano são executadas por meio do intermédio ONG, quando ocorre uma notificação para instituição ou para seus integrantes, assim eles atuam para que aconteça determinada efetividade de leis nacionais e estaduais já existentes recorrendo as secretárias da prefeitura, o que nos afirmam que dentro da política municipal ainda não existe uma estratégia ou articulação para a população LGBTT.

À vista disso, procuramos as Secretaria de Assistência Social e Cidadania e Secretaria da Cultural nas quais são destinadas a proposta desse plano, não obtivemos retorno da secretária de assistência social. No entanto, as Secretarias de Turismo, bem como, a Secretaria de Cultural respondera, respectivamente, alguns questionamentos a respeito estratégias e articulações da prefeitura para o público LGBTT:

Até o momento, a Secretária de Turismo não tem nenhuma diretriz específica para a comunidade LGBTQIA+, é uma secretária municipal nova e suas políticas públicas e planejamentos estão sendo reformuladas neste período, se pautando numa situação atual e norteando para onde queremos chegar. No calendário de eventos turísticos do município, por exemplo. Não tem nenhuma manifestação festiva e de lazer mobilizada ou promovida para este público especificamente. Tem alguns eventos que atraem mais a atenção deste público, mas não especificamente. Assim como os atrativos em geral, não segmentam seu público. Ainda não, não ocorreu nenhuma prestação de combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero pela secretaria, bem como, não recebemos nenhuma proposta de estratégia/plano municipal, estaremos reformulando o plano municipal executivo e nisso, um trabalho pautado em eventos turísticos, que por ventura, pode-se trabalhar à criação de denúncias contra LGBTFobia.

(Ricardo Tamanini, Turismólogo, Secretário de Turismo de Grajaú, 2022)

Em relação à Secretaria de cultura e os Eventos/Conferências para este público, observamos por meio das redes sociais que a Prefeitura realizou o “1º Seminário Municipal para Sonoridade das Minorias” em abril de 2022 convidando a comunidade em geral, de acordo com o convite do evento com a finalidade de disponibilizar palestras sobre racismo (negro e indígena), questões LGBTT, feminismo e acesso à justiça, Luciano foi convidado para representar e discutir sobre a comunidade LGBTT nas expressões culturais. Assim, conversamos com a assessoria deste departamento:

Esse ano, em abril, organizei o primeiro Seminário Municipal para Sonoridade das Minorias através da Secretária de Cultura, foi um dia de palestras que abordou temas sobre feminismo, combate ao racismo (negro e indígena) e combate à LGBTfobia, foram 4 palestras intercaladas de apresentações culturais pertinentes aos temas das palestras. É um trabalho árduo, muitas pessoas, inclusive desse público não compareceram, mas estamos querendo seguir esse trabalho anualmente.

(Assessoria da Secretária Municipal de Cultura de Grajaú, 2022)

Nessa conjuntura, a formulação das políticas públicas parte do princípio, como ressalta Souza (2003), o impacto a curto prazo, mas tendo como perspectiva temporal o longo prazo, uma das maiores dificuldades de elaboração, acesso a indicadores de sua efetividade são a falta de objetivos e metas que conduzam se suas produções têm sido obtidas, daí a imposição permanente de avaliação e quando preciso, a reestruturação das ações previstas, de modo que viabilize a implementação dessas políticas, com uma caracterização de prazos e recursos. Vale ressaltar a necessidade permanente de discussão e atuação dos formuladores e implementadores das políticas destinadas, como Souza identifica, é indispensável identificar as variáveis que podem determinar os resultados das políticas públicas, isto é, daquele governo/Estado em que está em vigência.

As políticas públicas necessitariam serem vistas em nível global, em três sentidos: a) por dizerem respeito ao Estado, e não apenas ao governo; b) por não deverem se restringir ao período de um único governo; e c) por necessariamente contarem, em sua elaboração, com a participação do conjunto da sociedade civil, incluindo ONGs, empresas, igrejas, academia, mídia, etc. (OBSERVATÓRIO, 2004). Por esse ângulo, a finalidade de toda política pública é a validação do Estado de direito, a democracia e a ampliação do gozo dos direitos humanos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais. Outro fator determinante na formulação e implementação dessas políticas públicas, segundo os autores Sampaio e Araújo Jr (2006) são os pontos de ordem objetivo, isto é, recursos, disputas políticas, disponibilidade de serviços públicos que são instigados por questões teóricas, ainda que não sejam de forma explícita manifestada, como as ideias dos sujeitos sociais, cidadania e a inclusão social em disputa.

Em contrapartida, ainda nos argumentos de Sampaio e Araújo “as políticas são públicas porque têm interesses públicos e fins públicos, podendo ou não ser subsidiadas ou implementadas pelo poder estatal” (p. 336), em outras palavras, os grupos sociais e organizações da sociedade podem se atribuir pela execução dessas políticas, quando participam de sua formulação por meio de órgão governamentais. No caso da comunidade LGBTT, se reivindica não só a formulação de políticas públicas, mas também pela participação de representantes do movimento em sua formulação, controle e implementação, assim, no que diz

respeito às políticas públicas no âmbito da sexualidade, é relevante destacar que ainda são mediadas de peculiaridades, por ainda perpassar pela necessidade de mudança de valores, tradições, crenças hegemônicas existentes na sociedade, quer dizer, isso precisaria de um propósito de uma sociedade sem sexismo, machismo, homofobia, que fosse capaz de englobar esses sujeitos que em sua grande maioria são marginalizados/as e perseguidos/as por indivíduos que permanece com esses pensamentos retrógrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs uma análise à inserção da ONG Ladies de Ação e Apoio LGBTT no município de Grajaú, bem como a trajetória de luta para o reconhecimento, a representação e os direitos da população LGBTT. Escolhi tal instituição para ser meu objeto de pesquisa, porque compreendo estas organizações como um ponto-chave para as conquistas de direitos e para a cidadania LGBTT no país.

A atuação das organizações não governamentais LGBTT são marcadas principalmente por permitirem que haja esse vínculo entre governo e sociedade para que de fato haja uma efetividade e motivação para atuação de políticas públicas a essa comunidade no país no que diz respeito à inserção do grupo em Grajaú, percebo que desde sua fundação existia o objetivo de acrescentar pautas LGBTT à política do município. Essa inserção foi marcada principalmente pela luta intersubjetiva dos atores, assim como, posteriormente, culminou em ações pontuais para esse público, o que aborda, também, considerar a busca por representação e paridade participativa no município, a trajetória foi marcada, sobretudo pela luta de se inserir na cidade com objetivo de promover atuações para o público LGBTT. Dessa forma, compreendo que a instituição ainda procura soluções para que a efetivação concreta desses propósitos.

Quanto à análise da página “Ladies Grajaú” no *Facebook*, com a ajuda dos interlocutores e dos referenciais teóricos, considero que há diversos caminhos que a organização pode seguir para divulgar as ações e discussões para o público LGBTT, como a criação e utilização de outras redes sociais, claro, compreendendo quais pessoas possuem acesso a essas redes.

A análise dos Planos Nacionais e Estaduais, me fizeram enxergar que embora exista essas legislações, documentos e diretrizes, ainda há um longo caminho a ser seguindo, principalmente, porque estes documentos devem ser articulados de forma conjunta entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Em relação a Proposta de Plano Municipal construído pela ONG, especificamente, há uma necessidade de formulação, de modo que reestruture as ações apresentadas no plano, bem como, a definição de prazos, entendo que há uma necessidade de dialogo entre os representantes da instituição, a atuação das determinadas secretarias as quais o plano é destinado e a sociedade civil. No entanto, vejo que não é um caminho fácil, tenho em vista ainda há existe bastante LGBTfobia em nosso corpo social.

Ocorre também que discussões relacionadas à população LGBTT no município ainda são um elemento problemático, dessa forma, sujeitos que se identificam/reconhecem como

parte da comunidade LGBTTT são afastados dos debates a respeito de seus direitos. A narrativa dos entrevistados foi de suma importância para a compreensão disto, principalmente no que diz respeito aos preconceitos, discriminações e neutralidade existentes na sociedade.

Para finalizar, considero que o reconhecimento e a paridade participativa aconteçam de fato, muito há de ser superado. Hoje, percebo, principalmente após a realização de minha pesquisa e com a proximidade com a temática, que as discussões a respeito dessa comunidade ainda são muito tímidas em cidades como Grajaú, o que dificulta a mobilização de ONGs como a Ladies e a efetiva cidadania das pessoas que fazem parte da comunidade LGBTTT. Como discente de um curso de licenciatura, observo que ainda existe a vacância de abordagem dessa temática dentro das matrizes curriculares, assim como, em eventos promovidos por discentes em parceria com docentes, dessa forma, acredito que iniciar essa discussão já é um passo para que ocorra essa diversidade no âmbito acadêmico, bem como, para que esses sujeitos consigam serem incluídos e respeitados.

REFERÊNCIAS

ARAGUSUKU, Henrique A.; LOPES, Moisés A. S. 2016. **Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT**: Políticas Públicas em Mato Grosso e no Brasil. ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste. Vol. 3, nº. 5, p. 242-258. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3853> Acesso em: 7 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 01 jan. de 2022.

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Produção Cultural. São Paulo/SP, 2019. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/pt-br/tcc_celacc/lgbtqia-identidade-alteridade-comunidade. Acesso em: 06 de maio de 2022.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf . Acesso em: 06 de maio de 2022

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf> .Acesso em: 15 de maio de 2022

IRINEU, Bruna Andrade OLIVEIRA, Brendhon Andrade. **PROTEÇÃO SOCIAL E POPULAÇÃO LGBTI NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS EXPERIÊNCIAS DO BRASIL E DO URUGUAI**. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5735> . Acesso em: 20 de julho de 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANELA, Marco Antônio Ramos. **De sujeitos sociais a sujeitos de direitos**: o programa 'Brasil Sem Homofobia' e a construção da cidadania homossexual. Disponível em: [De sujeitos sociais a sujeitos de direitos: o programa 'Brasil Sem Homofobia' e a construção da cidadania homossexual \(uff.br\)](https://www.uff.br/revista/De%20sujeitos%20sociais%20a%20sujeitos%20de%20direitos%20o%20programa%20Brasil%20Sem%20Homofobia%20e%20a%20construcao%20da%20cidadania%20homossexual). Acesso em: 09. Agos. 2022.

CANABARRO, Ronaldo. **HISTÓRIA E DIREITOS SEXUAIS NO BRASIL: O MOVIMENTO LGBT E A DISCUSSÃO SOBRE A CIDADANIA**. In: Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional (2013) – ISSN 2318-6208. Disponível em: <http://labds.eci.ufmg.br/handle/123456789/107> . Acesso em: 20 de agosto de 2022.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1232> . Acesso em: 20 de agosto de 2022.

FACCHINI, Regina et al. **De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro.** Sexualidad, Salud y Sociedad, 2009.. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/41> . Acesso em: 20 de agosto de 2022.

FACCHINI, Regina. **Direitos humanos e diversidade sexual e de gênero no Bra-sil: avanços e desafios.** Jornal da UNICAMP-25 jun, 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/direitos-humanos-e-diversidade-sexual-e-de-genero-no-brasil-avancos-e> . Acesso em Julho de 2022.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 3, n. 04, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300> . Acesso em: 10 agosto. 2022.

COHEN, Cathy J. **“Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics?”** In: GLQ - A Journal of lesbian & gay studies, Vol. 3. Canada: Overseas Publishers Association, 1997, p. 437-465. Disponível em: <https://985queer.queergeektheory.org/wp-content/uploads/2013/04/Cohen-Punks-Bulldaggers-and-Welfare-Queens.pdf> . Acesso em: 12 de agosto de 2022.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, 2008. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IIConferenciaNacionaldePoliticaseDireitosHumanosLGBT.pdf>. Acesso em 10 de agosto. 2022

FERREIRA, Sérgio Rodrigo Da Silva. **O direito ao manejo dos próprios dados, a autodeterminação e a passabilidade trans: diálogos a partir de um relato.** Anais V ENLAÇANDO... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30673>. Acesso em: 03/08/2022 17:41

FRASER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 10 jul. 2022. FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/JwvFBqdKJvndHhSH6C5ngr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: julho de 2022.

FRASER, Nancy. **Repensando o reconhecimento.** Revista Enfoques. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 114-128, ago. 2010.

FLEURY, M. T. L. **Gerenciando a diversidade cultural: experiência de empresas brasileiras.** Revista de Administração de Empresas, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000. Disponível em: <https://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-40-num-3-ano-2000-nid-46467/> . Acesso em: 20 de jun. 2022.

GUEDES, Taís Morais. **As redes sociais -Facebook e Twitter-** e suas influências nos movimentos sociais. 2013. Disponível em: [Participação em Foco - GUEDES, Taís. M. As redes sociais - Facebook e Twitter - e suas influências nos movimentos sociais. \(ipea.gov.br\)](#). Acesso em: 16 de agosto de 2022.

FROEMMING, C. N.; IRINEU, B. A.; NAVAS, K. **Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 14, p. 153–164, 2012. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/397>. Acesso em: 07 agosto. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, mai./ago., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

REIS, Railson Pereira da Silva. **Normas de gênero diante do espelho: o processo de construção identitária de uma mulher transexual grajauense**. Monografia (Graduação)-Curso de Ciências Humanas-Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/436>. Acesso em: 10 de jan.2022

HONNETH, Axel. **A Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. 2003. ed. rev. São Paulo: 34 Ltda, 2003. 296 p. ISBN 85-7336-281-8.

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.17-44.

Machado, Jorge Alberto S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. Sociologias [online]. 2007, n. 18 [Acessado 10 Agosto 2022] , pp. 248-285. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>>. Epub 13 Set 2007. ISSN 1807-0337.

MARINHO, Couto Antonio Marco. **Trajetórias de Vida: um conceito em construção**. Revista Do Instituto De Ciências Humanas. Vol. 13, Nº 17, 2017. Disponível em: < [Trajetórias de Vida: um conceito em construção | Revista do Instituto de Ciências Humanas \(pucminas.br\)](#)>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MENESCAL, Andréa Koury. **História e gênese das ONGs**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela. **Políticas Públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar**. Revista Fazendo Gênero. Nº 9. 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277347233_ARQUIVO_PPLGBT-FG2010.pdf . Acesso em: 20 de jun.2022

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29. Disponível em: [Minayo, Maria Cecília De Souza. Ciência, Técnica E Arte - O Desafio Da Pesquisa Social.pdf \[w1pxyw801lj\] \(idoc.pub\)](#). Acesso em: 21 de jun. 2022.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 10ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOTT, L. **Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias?** In: Corrêa, M. (Org.). Gênero e cidadania. Unicamp: Núcleo de Estudos de Gênero, 2002. p. 143-156. Disponível em: file:///C:/Users/balcao/Desktop/E-bookPagu_2002.pdf . Acesso em 28 mar. 2020.

MOTT, Luiz. **Etno-história da homossexualidade na América latina**. In: Seminário-taller de história de las mentalidades y los imaginários, 1994, Bogotá. Disponível em: [\(PDF\) ETNO-HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE NA AMÉRICA LATINA | Augusto Santos Lopes - Academia.edu](#) Acesso em: 29 de maio 2022.

MOTT, Luiz. **Igreja e homossexualidade no Brasil**: cronologia temática, 1547-2006. In: Congresso internacional sobre epistemologia, sexualidade e violência, 2, 2006, São Leopoldo. Disponível em: < http://www.diversidadecatolica.com.br/opiniao_mott.asp> Acesso em: 29 maio 2018.

Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2022. Disponível: <https://ob.servatoriolgbtima.com.br/> Acesso em: 25 de agosto de 2022.

Observatorio de políticas públicas de derechos em el mercosur. Políticas públicas de derechos humanos em el Mercosur: um compromisso regional. Montevideo: Productora Editorial, 2004.

OLIVA, Thiago Dias. **Minorias sexuais e os limites da liberdade de expressão**: o discurso de ódio e a segregação social dos indivíduos LGBT no Brasil. Curitiba: Juruá, 2015, p. 58.
POMPEU, S. L. E; ROHM, R. H. D. **Administração do terceiro setor: desafios enfrentados na gestão de ONGs LGBTs**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis. v.52, 2018. DOI: 10.5007/2178-4582.2018.39381.

RAMOS, Silvia; Carrara, Sérgio. **A constituição da problemática da violência contra homossexuais**: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. Physis: Revista de Saúde Coletiva – v. 16, n. 2. Rio de Janeiro, UERJ/IMS, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **L'illusion biographique**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. v. 62-63, jun., p. 69-72, 1986. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

SAMPAIO, Tatiana de Sousa. **A Influência das Organizações Não Governamentais na Política Brasileira de Direitos Humanos LGBT+**. [s.l.]: , [s.d.]. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1470676626_ARQUIVO_ArtigoA_NPUH2016.pdf. Acesso em: 06 de jan de 2021.

SAMPAIO, I.; ARAÚJO JR, J.L. **Análise das políticas públicas**: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids. In: Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil. Recife, vol6, nº 3, 2006. P. 335-346. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/75n3wrFb6hv7Dn3swN75MSv/?format=pdf&lang=pt#:~:text=As%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20s%C3%A3o%20respostas,a%C3%A7%C3%B5es%20sistem%C3%A1ticas%20para%20esse%20fim>. Acesso em: 06 de jan. de 2021.

SACCHET, T. 2012. “**Representação política, representação de grupos e políticas de cotas: perspectivas e contendas feministas**”. Revista de Estudos Feministas. Maioagosto 2012. Nº 20 (2), p. 256. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GjpMXFGjwnfzZYbxpvR3zCC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

SILVA, Mateus. “**Mermã, mermã, aquenda**”: o truque LGBTQ+ no processo de construção social de um Corpo-Território no encontro com o outro em Grajaú-MA. Trabalho de Conclusão de Curso. 2022.

SPINK, Mary Jane P. **O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/sep, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3V55mtPK8KXtksmhbkckkj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Dossiê: Movimentos sociais. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07>. Acesso em: 13 maio de 2021.

SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. **Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros**. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 15, n.2, p 27-44, dez 2012. Disponível em: [Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros \(bvsalud.org\)](http://bvsalud.org/Apoio_e_suporte_social_na_identidade_social_de_travestis_transexuais_e_transgeneros). Acesso em 08 ago. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Identidades em Construção: As Organizações Governamentais no Processo Brasileiro de Democratização**. São Paulo: ANNABLUME, 2003. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/identidades-em-construcao-organizacoes-nao-governamentais-no-processo-brasileiro-de-democratizacao>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

TAQUES, Fernando José. **Movimento GLBT em Santa Catarina: A Questão do Empoderamento**. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia. Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89680> . Acesso em: 05 de maio de 2022.